O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01897-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA	3 - CNPJ 04.128.563/0001-10
4 - NIRE 35300183550		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Lourenço Marques, 158 - 14º andar		2 - BAIRRO OU DISTRITO Vila Olimpia	
3 - CEP 04547-100	4 - MUNICÍPIO São Paulo		5 - UF SP
6 - DDD 011	7 - TELEFONE 2195-2352	8 - TELEFONE 2195-2290	9 - TELEFONE 2195-2470
11 - DDD 011	12 - FAX 2195-2500	13 - FAX 2195-2501	14 - FAX 2195-2300
15 - E-MAIL alexandre.innecco@aes.com			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Alexandre Cesar Innecco			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Lourenço Marques, 158 - 14º andar		3 - BAIRRO OU DISTRITO Vila Olimpia	
4 - CEP 04547-100	5 - MUNICÍPIO São Paulo		6 - UF SP
7 - DDD 011	8 - TELEFONE 2195-2352	9 - TELEFONE 2195-2290	10 - TELEFONE 2195-2470
12 - DDD 011	13 - FAX 2195-2300	14 - FAX 2195-2501	15 - FAX 2195-2502
16 - E-MAIL alexandre.innecco@aes.com			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2008	31/12/2008	2	01/04/2008	30/06/2008	1	01/01/2008	31/03/2008
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Ernst & Young Auditores Independentes S.S.					10 - CÓDIGO CVM 00471-5		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Marcos Antonio Quintanilha					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 006.840.298-80		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01897-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA	3 - CNPJ 04.128.563/0001-10
---------------------------	---	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/06/2008	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/03/2008	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/06/2007
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	50.000	50.000	50.000
2 - Preferenciais	600.000	600.000	600.000
3 - Total	650.000	650.000	650.000
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 3120 - Emp. Adm. Part. - Energia Elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Holding de Companhia de Geração e Distribuição de Energia Elétrica
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	------------------------------	-------------------------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
---------	-----------------------	--	---------------------------------------	-------------------------	---	---

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 4/8/2008	2 - ASSINATURA
----------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01897-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA	3 - CNPJ 04.128.563/0001-10
---------------------------	---	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2008	4 - 31/03/2008
1	Ativo Total	4.548.163	4.352.412
1.01	Ativo Circulante	262.770	222.951
1.01.01	Disponibilidades	216.016	8.799
1.01.02	Créditos	46.318	213.716
1.01.02.01	Clientes	46.318	213.716
1.01.02.01.01	Contas a Receber de Partes Relacionadas	1	168.863
1.01.02.01.02	Tributos a Recuperar	46.317	44.853
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	436	436
1.02	Ativo Não Circulante	4.285.393	4.129.461
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	485.633	485.145
1.02.01.01	Créditos Diversos	485.633	485.145
1.02.01.01.01	Tributos e contribuições sociais	430.112	430.088
1.02.01.01.02	Tributos e contr. sociais - compensáveis	51.445	50.981
1.02.01.01.03	Cauções e Depósitos Vinculados	4.076	4.076
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	3.799.760	3.644.316
1.02.02.01	Investimentos	3.799.760	3.644.316
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	3.799.760	3.644.316
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	0	0
1.02.02.03	Intangível	0	0
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01897-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA BRASILEIANA DE ENERGIA	3 - CNPJ 04.128.563/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2008	4 - 31/03/2008
2	Passivo Total	4.548.163	4.352.412
2.01	Passivo Circulante	156.810	179.857
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	12.470	37.255
2.01.01.01	Encargos de dívida	12.470	37.255
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	368	387
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	99.387	97.520
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0
2.01.05.01	Dividendos propostos	0	0
2.01.06	Provisões	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	42.998	42.998
2.01.08	Outros	1.587	1.697
2.02	Passivo Não Circulante	813.643	813.643
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	813.643	813.643
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.02.01.02	Debêntures	800.000	800.000
2.02.01.03	Provisões	4.076	4.076
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	9.567	9.567
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	0	0
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	3.577.710	3.358.912
2.04.01	Capital Social Realizado	3.325.493	3.325.493
2.04.02	Reservas de Capital	0	0
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	376.773	380.906
2.04.04.01	Legal	0	0
2.04.04.02	Estatutária	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	(224)
2.04.04.03.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	(224)
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	376.773	381.130
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	(124.556)	(347.487)
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01897-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA	3 - CNPJ 04.128.563/0001-10
---------------------------	---	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2008 a 30/06/2008	4 - 01/01/2008 a 30/06/2008	5 - 01/04/2007 a 30/06/2007	6 - 01/01/2007 a 30/06/2007
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	0	0	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	0	0	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	0	0	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.242)	(2.464)	(286)	(2.130)
3.04.01	Pessoal	(18)	(36)	0	0
3.04.02	Serviços de Terceiros	(1.221)	(1.578)	0	0
3.04.03	Outras	(3)	(850)	(286)	(2.130)
3.05	Resultado Bruto	(1.242)	(2.464)	(286)	(2.130)
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	219.865	225.381	96.974	158.047
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	0	0	0	0
3.06.03	Financeiras	(24.607)	(50.816)	(26.617)	(53.353)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	3.034	3.056	4.808	10.317
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(27.641)	(53.872)	(31.425)	(63.670)
3.06.03.02.01	Despesas	(28.916)	(56.757)	(31.425)	(63.670)
3.06.03.02.02	Variações Monetárias/Cambiais - Líquidas	1.275	2.885	0	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05.01	Amortização do diferido	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	244.472	276.197	123.591	211.400
3.06.06.01	Equivalência Patrimonial	272.772	334.014	152.338	268.894
3.06.06.02	Amortização do ágio	(28.300)	(57.817)	(28.747)	(57.494)
3.07	Resultado Operacional	218.623	222.917	96.688	155.917
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01897-0	COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA	04.128.563/0001-10

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2008 a 30/06/2008	4 - 01/01/2008 a 30/06/2008	5 - 01/04/2007 a 30/06/2007	6 - 01/01/2007 a 30/06/2007
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	218.623	222.917	96.688	155.917
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	18.660	18.660
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	218.623	222.917	115.348	174.577
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	650.000	650.000	650.000	650.000
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,33634	0,34295	0,17746	0,26858
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01897-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA BRASILEIANA DE ENERGIA	3 - CNPJ 04.128.563/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

08.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2008	4 - 31/03/2008
1	Ativo Total	18.043.449	17.975.503
1.01	Ativo Circulante	5.344.699	5.255.664
1.01.01	Disponibilidades	2.524.535	2.497.425
1.01.02	Créditos	2.589.016	2.475.327
1.01.02.01	Clientes	2.464.127	2.317.047
1.01.02.01.01	Consumidores, concessionárias e perm.	1.573.455	1.639.568
1.01.02.01.02	Contas a receber de partes relacionadas	83.392	75.396
1.01.02.01.03	Tributos e Contrib. Sociais - Compensáveis	407.300	219.243
1.01.02.01.04	Tributos e Contrib. Sociais - Diferido	284.561	269.694
1.01.02.01.05	Tributos a Recuperar	12.820	12.994
1.01.02.01.06	Títulos e Valores Mobiliários	102.599	100.152
1.01.02.02	Créditos Diversos	124.889	158.280
1.01.02.02.01	Serviços prestados	39.123	42.413
1.01.02.02.02	Devedores diversos	10.507	9.436
1.01.02.02.03	Contas a receber - Acordos	75.259	106.431
1.01.03	Estoques	39.475	38.411
1.01.04	Outros	191.673	244.501
1.01.04.01	Provisão para créditos de liq. duvidosa	(355.449)	(363.242)
1.01.04.02	Compensação de variação de itens Parc. A	460.575	507.853
1.01.04.03	Despesas pagas antecipadamente	15.501	12.422
1.01.04.04	Outros créditos	71.046	87.468
1.02	Ativo Não Circulante	12.698.750	12.719.839
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.140.852	2.062.628
1.02.01.01	Créditos Diversos	2.139.940	2.061.740
1.02.01.01.01	Consumidores, concessionária e permis	48.812	63.623
1.02.01.01.03	Tributos e contr. sociais - compensáveis	131.482	130.620
1.02.01.01.04	Tributos e contr. sociais - diferido	952.420	999.674
1.02.01.01.05	Tributos a recuperar	143.698	146.757
1.02.01.01.06	Cauções e depósitos vinculados	585.851	507.734
1.02.01.01.07	Contas a receber - Acordos	146.065	148.441
1.02.01.01.08	Outros créditos	143.618	124.077
1.02.01.01.09	Provisão para créditos liq. duvidosa	(103.435)	(126.262)
1.02.01.01.10	Compensação variação de itens da Parc. A	91.429	67.076
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	912	888
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	912	888
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	10.557.898	10.657.211
1.02.02.01	Investimentos	8.654	41.426
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	8.654	41.426
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01897-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA	3 - CNPJ 04.128.563/0001-10
---------------------------	---	--------------------------------

08.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2008	4 -31/03/2008
1.02.02.02	Imobilizado	7.792.942	7.811.918
1.02.02.03	Intangível	213.861	226.143
1.02.02.04	Diferido	2.542.441	2.577.724

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01897-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA	3 - CNPJ 04.128.563/0001-10
---------------------------	---	--------------------------------

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2008	4 - 31/03/2008
2	Passivo Total	18.043.449	17.975.503
2.01	Passivo Circulante	3.812.723	3.793.522
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	686.529	599.908
2.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	253.858	242.025
2.01.01.02	Encargos de dívidas	109.892	96.666
2.01.01.03	Obrigações com Entidades de Previd. Priv	322.779	261.217
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	750.933	804.121
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	872.879	693.533
2.01.04.01	Tributos e contr. sociais - a recolher	864.193	684.847
2.01.04.02	Tributos e contr. sociais - diferidos	8.686	8.686
2.01.05	Dividendos a Pagar	6.421	244.591
2.01.05.01	Dividendos propostos	6.421	244.591
2.01.06	Provisões	362.061	388.643
2.01.06.01	Provisões para litígios e contingências	280.319	309.448
2.01.06.02	Salários, encargos e provisões s/ folha	81.742	79.195
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	1.133.900	1.062.726
2.01.08.01	Encargos Tarifários e do Consum. a Recol	75.185	71.209
2.01.08.02	P&D, Eficiência energética e EPE	273.115	269.068
2.01.08.03	Operações de swap cambial	48.484	22.894
2.01.08.04	Compensação variação de itens Parc. A	175.896	166.645
2.01.08.05	Obrigações estimadas	336.883	298.661
2.01.08.06	Contas a Pagar - Banco Santos	224.337	234.249
2.02	Passivo Não Circulante	8.063.264	8.346.720
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	8.063.264	8.346.720
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	5.722.542	5.846.902
2.02.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.780.936	3.802.614
2.02.01.01.02	Obrigações com Entidades de Prev. Privad	1.941.606	2.044.288
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	1.356.361	1.489.257
2.02.01.03.01	Provisões para Litígios e Contingências	1.323.710	1.456.606
2.02.01.03.02	Provisão p/ perdas com Contratos Oneroso	32.651	32.651
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	9.567	9.567
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	974.794	1.000.994
2.02.01.06.01	Fornecedores	109.818	117.515
2.02.01.06.02	Tributos e contr. sociais - a recolher	162.775	157.316
2.02.01.06.03	Tributos e contr. sociais - diferidos	560.934	567.949
2.02.01.06.04	Compensação variação de itens Parc. A	36.686	41.942
2.02.01.06.05	Operações de swap cambial	12.793	23.418
2.02.01.06.06	Outras obrigações	91.788	92.854
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.03	Part. de Acionistas Não Controladores	2.589.752	2.476.349
2.04	Patrimônio Líquido	3.577.710	3.358.912

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01897-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA	3 - CNPJ 04.128.563/0001-10
---------------------------	---	--------------------------------

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2008	4 - 31/03/2008
2.04.01	Capital Social Realizado	3.325.493	3.325.493
2.04.02	Reservas de Capital	0	0
2.04.03	Reservas de Reavaliação	376.773	381.130
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	0	(10.607)
2.04.04.01	Legal	0	0
2.04.04.02	Estatutária	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	(10.607)
2.04.04.03.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	(10.607)
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	(124.556)	(337.104)
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01897-0	COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA	04.128.563/0001-10

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2008 a 30/06/2008	4 - 01/01/2008 a 30/06/2008	5 - 01/04/2007 a 30/06/2007	6 - 01/01/2007 a 30/06/2007
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	3.110.679	6.088.909	3.185.918	6.170.005
3.02	Deduções da Receita Bruta	(1.048.281)	(2.030.614)	(1.002.623)	(2.147.896)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	2.062.398	4.058.295	2.183.295	4.022.109
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.253.964)	(2.705.853)	(1.455.926)	(2.708.084)
3.04.01	Gás comprado para geração en. elétrica	(14.120)	(74.254)	(30.156)	(88.274)
3.04.02	Energia elétrica comprada para revenda	(667.695)	(1.354.502)	(718.795)	(1.311.475)
3.04.03	Encargos de uso sistema transmissão	(246.477)	(484.035)	(158.374)	(339.004)
3.04.04	Pessoal	(120.206)	(226.817)	(152.271)	(257.209)
3.04.05	Material	(11.537)	(23.032)	(7.391)	(17.871)
3.04.06	Serviço de terceiros	(88.292)	(159.619)	(85.545)	(150.495)
3.04.07	Comp. financeira recursos hídricos	(15.688)	(28.877)	(11.630)	(27.508)
3.04.08	Depreciação e amortização	(119.948)	(233.861)	(108.459)	(216.383)
3.04.09	Provisões operacionais	(57.129)	(132.600)	(91.691)	(159.949)
3.04.10	Entidades de Previdência Privada	(23.547)	(47.093)	(26.034)	(55.968)
3.04.12	Outros	110.675	58.837	(65.580)	(83.948)
3.05	Resultado Bruto	808.434	1.352.442	727.369	1.314.025
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(158.920)	(290.144)	(28.563)	(153.626)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	0	0	0	0
3.06.03	Financeiras	(119.134)	(209.354)	12.696	(70.785)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	104.872	200.104	207.555	349.709
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(224.006)	(409.458)	(194.859)	(420.494)
3.06.03.02.01	Despesas financeiras	(114.275)	(278.793)	(184.705)	(340.683)
3.06.03.02.02	Variações monetárias/cambiais líquidas	(109.473)	(130.151)	(12.962)	(79.811)
3.06.03.02.03	Outras	(258)	(514)	2.808	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01897-0	COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA	04.128.563/0001-10

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2008 a 30/06/2008	4 - 01/01/2008 a 30/06/2008	5 - 01/04/2007 a 30/06/2007	6 - 01/01/2007 a 30/06/2007
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(39.786)	(80.790)	(41.259)	(82.841)
3.06.06.01	Amortização do ágio	(39.786)	(80.790)	(41.259)	(82.841)
3.07	Resultado Operacional	649.514	1.062.298	698.806	1.160.399
3.08	Resultado Não Operacional	(32.949)	(67.456)	(6.096)	(10.885)
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	616.565	994.842	692.710	1.149.514
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(163.152)	(332.200)	(245.466)	(400.334)
3.10.01	Contribuição social	(46.383)	(90.570)	(53.131)	(89.522)
3.10.02	Imposto de renda	(116.769)	(241.630)	(192.335)	(310.812)
3.11	IR Diferido	(50.104)	(64.709)	(48.576)	(106.933)
3.11.01	Contribuição social	(14.047)	(18.575)	(24.959)	(45.271)
3.11.02	Imposto de renda	(36.057)	(46.134)	(23.617)	(61.662)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	(195.070)	(375.015)	(288.355)	(472.294)
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	208.239	222.918	110.313	169.953

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01897-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA	3 - CNPJ 04.128.563/0001-10
---------------------------	---	--------------------------------

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2008 a 30/06/2008	4 - 01/01/2008 a 30/06/2008	5 - 01/04/2007 a 30/06/2007	6 - 01/01/2007 a 30/06/2007
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESSOURARIA (Mil)	650.000	650.000	650.000	650.000
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,32037	0,34295	0,16971	0,26147
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto Operacional

A Companhia Brasileira de Energia (“Companhia” ou “Brasileira”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem por objeto exercer o controle das seguintes empresas operacionais: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Eletropaulo”), AES Tietê S.A. (“Tietê”) e AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. (“Uruguaiana S.A.”), mediante participação direta ou indireta no capital dessas sociedades. Adicionalmente, a Companhia detém o controle de duas empresas de telecomunicações (Eletropaulo Telecomunicações Ltda., AES Communications Rio de Janeiro S.A.) e uma comercializadora de energia elétrica (AES Infoenergy Ltda.).

Dados sobre subsidiárias

Uruguaiana – A Companhia, através de sua controlada AES Uruguaiana Inc. (Uruguaiana Inc.), detém o controle da AES Uruguaiana Empreendimentos S.A., empresa que gera energia termoeletrica. O gás natural utilizado pela controlada AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. na geração de energia elétrica é fornecido pela Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul – Sulgás, que o importa da Repsol YPF (Argentina), o qual é o seu único fornecedor de gás. Por força de cláusula contratual durante os meses de maio a setembro o fornecimento de gás à Uruguaiana S.A. é interrompido. A capacidade instalada de produção da planta é de 640 MW e, com base nesta capacidade, a ANEEL concedeu, inicialmente, autorização de 565 MW como garantia física (limite máximo permitido para a venda através de contratos), sendo que a Uruguaiana S.A. firmou contratos com clientes até este limite. Em 2005, em função das restrições no suprimento de gás, a ANEEL reduziu o limite da energia assegurada para 217 MW e, pelo fato dos contratos com os clientes terem vigência até 2020, a diferença entre a energia assegurada de 217 MW e o volume total da energia vendida de 565 MW nos contratos com os clientes passou a ser coberta por contratos bilaterais de compra de energia e compras no curto prazo. A maior parte dos atuais contratos bilaterais de compra de energia detidos pela controlada indireta Uruguaiana S.A. estão vencendo em 2008.

A partir de janeiro de 2008, a energia assegurada foi reduzida para 152Mw, de acordo com cálculos efetuados com base nas regras de mercado.

Considerando as freqüentes interrupções de fornecimento de gás da Argentina, o substancial aumento no preço da energia no mercado de curto prazo e as recentes projeções de pouca disponibilidade de energia para ser comercializada através de contratos bilaterais, a Administração da Uruguaiana S.A. concluiu, no quarto trimestre de 2007, que estes eventos deverão impactar de forma negativa e significativa seus resultados futuros, e representaram fatos importantes para que fosse revisada a recuperabilidade dos ativos imobilizados e de longo prazo e verificada a necessidade de se registrar provisão para perdas esperadas no cumprimento dos contratos com seus clientes. Tendo exigido, portanto, uma avaliação acerca da necessidade de registro de provisão para redução ao valor de recuperação dos ativos imobilizados e de longo prazo e provisão para contratos onerosos, uma vez que se espera que estas condições gerem perdas operacionais no futuro.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

No segundo trimestre de 2008, a controlada indireta Uruguiana S.A. efetuou uma atualização da avaliação sobre a recuperabilidade dos ativos imobilizados e de longo prazo. Nessa atualização observou-se uma redução nos preços de energia no curto prazo, em relação ao quarto trimestre de 2007, e aumento no custo de aquisição do gás proveniente da Argentina, devido ao aumento no imposto de exportação. Esses fatores não impactaram significativamente as projeções para a recuperabilidade dos ativos permanentes e de longo prazo (vide nota 16).

Os planos da Uruguiana S.A. para equacionamento de suas operações no atual cenário estarão focados nas seguintes principais ações:

- Renegociação de contratos de fornecimento de energia com seus clientes, com objetivo de reduzir a sua exposição às oscilações de preços e fornecimentos advindos do mercado de energia no Brasil;
- Renegociações com seu fornecedor de gás para regularizar o fluxo de fornecimento, incluindo-se o saldo a receber registrado na rubrica "direito de uso de gás natural – (Take or Pay)"; e
- Expectativa de regularização da crise de abastecimento no mercado Argentino, com vistas a retornar a normalidade do abastecimento de gás dentro dos limites e prazos acordados contratualmente.

A Uruguiana S.A. entende que o sucesso destas medidas poderá propiciar a reversão do atual cenário econômico e financeiro apresentado e assegurar a continuidade de suas operações. A Administração da Companhia dará o suporte necessário nas ações adotadas pela subsidiária para manter suas operações em ritmo normal, entretanto, com base nos atuais fatos e circunstâncias.

Contrato bilateral Eletropaulo/Tietê - desde janeiro de 2006 toda a energia assegurada da Tietê está sendo vendida para a Eletropaulo. O contrato firmado com a Eletropaulo tem sua vigência até 31 de dezembro de 2015, e o preço é atualizado anualmente pela variação do IGPM. Em outubro de 2003, Tietê e Eletropaulo assinaram um aditamento a esse contrato prorrogando a data de vencimento para junho de 2028. No entanto, esse aditamento não foi homologado pela ANEEL. A controlada Eletropaulo tomou medidas para reverter essa decisão da ANEEL. Portanto, caso esse aditivo não seja homologado, o preço de venda, a partir de 2015, poderá ser significativamente diferente do preço atual atualizado pelas condições do contrato vigente.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Obrigação de expansão da controlada Tietê - Conforme determinado no Edital de Privatização da Tietê, o detentor do bloco de controle da Tietê estará obrigado solidariamente em relação à Tietê, de forma irrevogável e irretroatável, a expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração, em no mínimo 15%, no período de oito anos, a partir da assinatura do Contrato de Concessão. A expansão deverá ser realizada por meio da implantação de novos empreendimentos no Estado de São Paulo, que aumentem sua capacidade instalada própria, ou da contratação de energia de terceiros proveniente de novos empreendimentos construídos no Estado de São Paulo, por prazo superior a cinco anos e respeitando as restrições regulamentares. Tendo em vista as modificações havidas na regulamentação do setor de energia elétrica no Brasil, a Tietê vem diligenciando junto às autoridades competentes, com o objetivo de rever a obrigação de expansão para readequá-la à nova realidade setorial/regulamentar.

O assunto está, atualmente, sob análise do Governo do Estado de São Paulo, e a controlada Tietê tem comparecido a todas as reuniões e prestado todos os esclarecimentos que lhe são solicitados. Em 26 de dezembro de 2007, a controlada Tietê recebeu da ANEEL um Ofício informando que o processo está sendo instruído no sentido de permitir uma prorrogação do prazo para expansão da capacidade do sistema de geração da controlada Tietê até dezembro de 2010, de acordo com pedido do Governo do Estado de São Paulo.

Em 10 de junho de 2008, a controlada Tietê enviou resposta à ANEEL, na qual solicitou prazo de 12 meses para concluir estudos visando a identificar as alternativas existentes para o cumprimento da obrigação de expansão, bem como a prorrogação do prazo para cumprimento de referida obrigação, conforme o resultado de tais estudos.

2. Reorganização Societária

- a) As administrações da Brasileira Energia S.A., AES Elpa S.A., Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., AES Transgás Empreendimentos S.A. e Energia Paulista (Brasileira Energia, Elpa, Eletropaulo, Transgás e EP, em conjunto, "Companhias"), nos termos e para os fins da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, divulgaram em 30 de maio de 2006 informações sobre a proposta de reorganização societária e financeira envolvendo as Companhias, e outras sociedades direta ou indiretamente controladas pela Brasileira Energia e Transgás ("reorganização"), que foi submetida à deliberação dos órgãos de administração dessas Companhias e de suas controladas envolvidas, e à aprovação das autoridades reguladoras competentes, conforme aplicável.

Conforme divulgado em detalhes nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2007, todas as etapas previstas da reorganização societária e financeira foram concluídas até o final daquele ano.

- b) Conforme previsto no acordo de acionistas de 2003, em 2007 o acionista BNDES divulgou a intenção de vender sua participação societária na Companhia.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIANA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3. Base de Preparação e Apresentação das Informações Trimestrais – ITR's

a) Aspectos Gerais

As Informações Trimestrais - ITR da Companhia e suas controladas, incluindo as notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma, e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica estabelecidas pelo Poder Concedente. A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das Informações Trimestrais em 04 de agosto de 2008. De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº. 505, datada de 19 de junho de 2006, eventos subsequentes ocorridos entre a data-base das informações trimestrais e a data da autorização da conclusão devem ser divulgados e, se necessário, ajustados nas demonstrações contábeis.

Estas Informações Trimestrais - ITR foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2007 e devem ser lidas em conjunto com as mesmas.

Adoção das mudanças nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº. 11.638

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº. 11.638/2007, que alterou a Lei das Sociedades por Ações, quanto a determinadas práticas contábeis, de escrituração e da elaboração das demonstrações financeiras. A Companhia e suas controladas aplicaram integralmente as alterações introduzidas pela Lei nº. 11.638/2007 na elaboração das Informações Trimestrais (ITRs) relativas ao período findo em 30 de junho de 2008, bem como nas informações de 31 de março de 2008 e 30 de junho de 2007, apresentadas nesta ITR para fins de comparabilidade.

Apesar da Lei nº. 11.638/2007 estar vigente desde 1º de janeiro de 2008, até o presente momento não foram normatizadas ou regulamentadas diversas alterações promovidas pela mesma. Em consequência, não é possível assegurar que as alterações decorrentes de normas e regulamentos a serem emitidos futuramente pela CVM e pela ANEEL estejam identificados e refletidos nessas Informações Trimestrais. A Companhia continuará a acompanhar as normas e regulamentos relacionadas com a Lei nº. 11.638/2007 que vierem a ser emitidas, para adequar as informações financeiras a essas novas regulamentações.

Para elaboração das presentes Informações Trimestrais, a Companhia considerou as normas e comunicados da CVM aplicáveis às alterações da Lei nº. 11.638/2007, que são os seguintes:

- a. Deliberação CVM nº. 527/2007, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativo, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
- b. Deliberação CVM nº. 534/2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeito nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIANA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- c. Comunicados ao Mercado da CVM datados de 14 de janeiro e 19 de março de 2008, bem como, a Instrução CVM nº. 469, de 02 de maio de 2008.

Conforme estabelecido pela própria Lei nº. 11.638/2007, a emissão de normativos contábeis pela CVM para as companhias abertas, por ela reguladas, deverá ser efetuada em consonância com os padrões internacionais de contabilidade (IFRS ou IAS). Portanto, para as alterações promovidas pela Lei nº. 11.638/2007, que até o momento não foram normatizadas ou regulamentadas, foram utilizadas as normas das IFRS como referência, desde que não estejam em desacordo com alguma legislação vigente.

b) Modificações introduzidas na legislação societária brasileira pela Lei 11.638/2007

Demonstração quantificada dos efeitos das mudanças aplicadas pela Companhia

Conforme requerido pela Deliberação nº. 506 da CVM de 19 de junho de 2006 e pelo NPC nº. 12 "Práticas contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros" as mudanças nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº. 11.638/2007 e resumidas anteriormente foram aplicadas retrospectivamente. A Companhia ajustou o balanço em 1º de janeiro de 2007 e a demonstração do resultado referente ao exercício findo em 2007, de forma a considerar os efeitos das alterações introduzidas pela Lei nº. 11.638, Dessa forma, as demonstrações do resultado referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2007, estão elaboradas como se tais práticas contábeis estivessem em uso em 2007.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

l) Efeitos da aplicação das práticas contábeis introduzidas pela Lei 11.638/07 no balanço patrimonial condensado em 30 de junho de 2008:

BALANÇO DA CONTROLADORA LEVANTADO EM 30 DE JUNHO DE 2008

	Saldo antes dos ajustes	Ajustes da Lei nº. 11.638	Ref.	Saldos ajustados
ATIVO				
Disponibilidades	216.016	-		216.016
Tributos e contribuições sociais - compensáveis	46.317	-		46.317
Outros créditos	437	-		437
Total do circulante	<u>262.770</u>	-		<u>262.770</u>
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo:				
Contas a receber de partes relacionadas	430.112	-		430.112
Tributos e contribuições sociais compensáveis	51.445	-		51.445
Cauções e depósitos vinculados	4.076	-		4.076
Total realizável a longo prazo	<u>485.633</u>	-		<u>485.633</u>
Permanente:				
Investimentos	3.793.217	6.543	(*)	3.799.760
Total do permanente	<u>3.793.217</u>	<u>6.543</u>		<u>3.799.760</u>
Total do não circulante	<u>4.278.850</u>	<u>6.543</u>		<u>4.285.393</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>4.541.620</u>	<u>6.543</u>		<u>4.548.163</u>
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	368	-		368
Tributos e contribuições sociais	99.387	-		99.387
Encargos de dívidas	12.470	-		12.470
Contas a pagar a partes relacionadas	42.998	-		42.998
Outras obrigações	1.587	-		1.587
Total do circulante	<u>156.810</u>	-		<u>156.810</u>
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	800.000	-		800.000
Contas a pagar a partes relacionadas	9.567	-		9.567
Provisões para litígios e contingências	4.076	-		4.076
Total do exigível a longo prazo	<u>813.643</u>	-		<u>813.643</u>
Total do não circulante	<u>813.643</u>	-		<u>813.643</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	3.325.493	-		3.325.493
Reserva de reavaliação em subsidiárias	376.773	-		376.773
Lucros (prejuízos) acumulados	(131.099)	6.543	(*)	(124.556)
Total do patrimônio líquido	<u>3.571.167</u>	<u>6.543</u>		<u>3.577.710</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u>4.541.620</u>	<u>6.543</u>		<u>4.548.163</u>

(*) Equivalência patrimonial sobre os ajustes da Lei 11.638 nas controladas.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

BALANÇO CONSOLIDADO LEVANTADO EM 30 DE JUNHO DE 2008

	Saldo antes dos ajustes	Ajustes da Lei nº. 11.638	Ref	Saldos ajustados
ATIVO				
Disponibilidades	2.524.535	-		2.524.535
Títulos e valores mobiliários	102.613	(14)	(c)	102.599
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.573.455	-		1.573.455
Contas a receber de partes relacionadas	83.392	-		83.392
Tributos e contribuições sociais - compensáveis	407.300	-		407.300
Tributos e contribuições sociais - diferidos	284.561	-		284.561
Tributos a recuperar	12.820	-		12.820
Almoxarifado	39.475	-		39.475
Serviços prestados	39.123	-		39.123
Devedores diversos	10.507	-		10.507
Contas a receber - Acordos	75.259	-		75.259
Outros créditos	71.046	-		71.046
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(355.449)	-		(355.449)
Compensação de variação dos itens da Parcela A - CVA	460.575	-		460.575
Despesas pagas antecipadamente	15.501	-		15.501
Total do circulante	5.344.713	(14)		5.344.699
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo:				
Contas a receber	48.812	-		48.812
Contas a receber de partes relacionadas	912	-		912
Tributos e contribuições sociais diferidos	951.732	688		952.420
Tributos e contribuições sociais compensáveis	131.482	-		131.482
Tributos a recuperar	143.698	-		143.698
Cauções e depósitos vinculados	585.851	-		585.851
Contas a receber - Acordos	146.065	-		146.065
Outros créditos	143.759	(141)	(b)	143.618
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(103.435)	-		(103.435)
Compensação de variação dos itens da Parcela A - CVA	91.429	-		91.429
Total realizável a longo prazo	2.140.305	547		2.140.852
Permanente:				
Investimentos	8.654	-		8.654
Imobilizado - líquido	7.694.727	98.215	(b)	7.792.942
Intangíveis	213.861	-		213.861
Diferido	2.545.906	(3.465)	(b)	2.542.441
Total do permanente	10.463.148	94.750		10.557.898
Total do não circulante	12.603.453	95.297		12.698.750
TOTAL DO ATIVO	17.948.166	95.283		18.043.449

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

BALANÇO CONSOLIDADO LEVANTADO EM 30 DE JUNHO DE 2008

	Saldo antes dos ajustes	Ajustes da Lei nº. 11.638	Ref	Saldos ajustados
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	750.933	-		750.933
Tributos e contribuições sociais	864.193	-		864.193
Tributos e contribuições sociais diferidos	8.686	-		8.686
Empréstimos e financiamentos	241.940	11.918	(b)	253.858
Encargos de dívidas	109.892	-		109.892
Salários, encargos e provisões sobre a folha de pagamento	81.742	-		81.742
Obrigações com a Fundação Cesp	322.779	-		322.779
Encargos do consumidor a recolher	75.185	-		75.185
Provisões para litígios e contingências	280.319	-		280.319
Dividendos propostos	6.421	-		6.421
P&D, Eficiência energética e EPE	273.115	-		273.115
Operações de swap cambial	48.545	(61)	(c)	48.484
Contas a pagar - Banco Santos	224.337	-		224.337
Compensação de variação dos itens da Parcela A - CVA	175.896	-		175.896
Outras obrigações	336.883	-		336.883
Total do circulante	3.800.866	11.857		3.812.723
NÃO CIRCULANTE				
Exigível a longo prazo				
Fornecedores	109.818	-		109.818
Empréstimos e financiamentos	3.707.021	73.915	(b)	3.780.936
Obrigações com a Fundação Cesp	1.941.606	-		1.941.606
Contas a pagar a partes relacionadas	9.567	-		9.567
Tributos e contribuições sociais a pagar	162.775	-		162.775
Tributos e contribuições sociais diferidos	557.269	3.665	(b)	560.934
Provisões para litígios e contingências	1.323.710	-		1.323.710
Provisão para perdas com contratos onerosos	32.651	-		32.651
Compensação de variação dos itens da Parcela A - CVA	36.686	-		36.686
Operações de swap cambial	12.722	71	(c)	12.793
Outras obrigações	91.788	-		91.788
Total do exigível a longo prazo	7.985.613	77.651		8.063.264
Total do não circulante	7.985.613	77.651		8.063.264
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO-CONTROLADORES	2.590.520	(768)	(b) (c)	2.589.752
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	3.325.493	-		3.325.493
Reserva de reavaliação em subsidiárias	376.773	-		376.773
Lucros (prejuízos) acumulados	(131.099)	6.543		(124.556)
Total do patrimônio líquido	3.571.167	6.543		3.577.710
TOTAL DO PASSIVO	17.948.166	95.283		18.043.449

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

II) Efeitos da aplicação das práticas contábeis introduzidas pela Lei 11.638/07 na demonstração do resultado condensada dos semestre findo em 30 de junho de 2008:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADORA DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2008

	Saldos antes dos ajustes	Ajustes da Lei nº. 11.638	Ref	Saldos ajustados
Despesas operacionais				
Pessoal	(36)			(36)
Serviços de terceiros	(1.578)	-		(1.578)
Outras	(850)	-		(850)
Total das despesas operacionais	(2.464)	-		(2.464)
RESULTADO DO SERVIÇO	(2.464)	-		(2.464)
Equivalência patrimonial	336.212	(2.198)	(*)	334.014
Amortização do ágio	(57.817)	-		(57.817)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	278.395	(2.198)		276.197
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA				
Receita	3.056			3.056
Despesa	(56.757)	-		(56.757)
Variações monetárias/cambiais - líquidas	2.885	-		2.885
Total	(50.816)	-		(50.816)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	225.115	(2.198)		222.917

(*) Equivalência patrimonial sobre os ajustes da Lei 11.638 nas controladas, conforme demonstrado nos quadros seguintes.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONSOLIDADO DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2008

	Saldos antes dos ajustes	Ajustes da Lei nº. 11.638	Ref	Saldos ajustados
RECEITA OPERACIONAL	6.088.138	771	(d)	6.088.909
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	(2.030.614)	-		(2.030.614)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.057.524	771		4.058.295
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				
Custo com Energia Elétrica/Gás	-	-		-
Gás comprado e transporte de gás para geração de e.elétrica	(74.254)	-		(74.254)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.354.502)	-		(1.354.502)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(489.074)	5.039	(b)	(484.035)
Total do custo do serviço de energia elétrica	(1.917.830)	5.039		(1.912.791)
DESPESAS OPERACIONAIS				
Pessoal	(226.817)	-		(226.817)
Entidade de previdência privada	(47.093)	-		(47.093)
Material	(23.032)	-		(23.032)
Serviços de terceiros	(158.848)	(771)	(d)	(159.619)
Compensação financeira para utilização de recursos hídricos	(28.877)	-		(28.877)
Provisões operacionais	(132.600)	-		(132.600)
Depreciação e amortização	(230.380)	(3.481)	(b)	(233.861)
Outras	59.197	(360)	(b)	58.837
Total das despesas operacionais	(788.450)	(4.612)		(793.062)
RESULTADO DO SERVIÇO	1.351.244	1.198		1.352.442
Amortização do ágio	(80.790)	-		(80.790)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	(80.790)	-		(80.790)
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA				
Receita	200.104	-	(c)	200.104
Despesa	(273.792)	(5.001)	(b)	(278.793)
Variações monetárias/cambiais - Líquidas	(130.267)	116	(c) (**)	(130.151)
Outras	(514)	-		(514)
Total	(204.469)	(4.885)		(209.354)
RESULTADO OPERACIONAL	1.065.985	(3.687)		1.062.298
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(67.456)	-		(67.456)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	998.529	(3.687)		994.842
Contribuição Social	(90.570)	-		(90.570)
Provisão para Imposto de Renda	(241.630)	-		(241.630)
Contribuição Social Diferida	(18.907)	332		(18.575)
Imposto de Renda Diferido	(47.056)	922		(46.134)
Total de Tributos	(398.163)	1.254		(396.909)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS MINORITÁRIOS	600.366	(2.433)		597.933
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	(375.250)	235		(375.015)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	225.116	(2.198)		222.918

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Para efeito de comparabilidade visando ao melhor entendimento das Informações Trimestrais após os ajustes da Lei nº. 11.638/2007, destacamos os efeitos em cada grupo de contas na demonstração do resultado pelo período de seis meses findo em 30 de junho de 2007 apresentados em forma comparativa no ITR.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADORA DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2007

	Saldos antes dos ajustes	Ajustes da Lei nº. 11.638	Ref	Saldos ajustados
Despesas operacionais				
Outras	(2.130)	-		(2.130)
Total das despesas operacionais	(2.130)	-		(2.130)
RESULTADO DO SERVIÇO	(2.130)	-		(2.130)
Equivalência patrimonial	270.133	(1.239)	(*)	268.894
Amortização do ágio	(57.494)	-		(57.494)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	212.639	(1.239)		211.400
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA				
Receita	10.317	-		10.317
Despesa	(63.670)	-		(63.670)
Total	(53.353)	-		(53.353)
Imposto de renda e Contribuição Social	18.660			18.660
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	175.816	(1.239)		174.577

(*) Equivalência patrimonial sobre os ajustes da Lei 11.638 nas controladas, conforme demonstrado nos quadros seguintes.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2007

	Saldos antes dos ajustes	Ajustes da Lei nº. 11.638	Ref	Saldos ajustados
RECEITA OPERACIONAL	6.168.417	1.588		6.170.005
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	(2.147.896)	-		(2.147.896)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.020.521	1.588		4.022.109
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				
Custo com Energia Elétrica\Gás				
Gás comprado e transporte de gás para geração de e.elétrica	(88.274)	-		(88.274)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.311.475)	-		(1.311.475)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(342.107)	3,103	(b)	(339.004)
Total do custo do serviço de energia elétrica	(1.741.856)	3,103		(1.738.753)
Despesas operacionais				
Pessoal	(257.209)	-		(257.209)
Entidade de previdência privada	(55.968)	-		(55.968)
Material	(17.871)	-		(17.871)
Serviços de terceiros	(148.907)	(1,588)		(150.495)
Compensação financeira para utilização de recursos hídricos	(27.508)	-		(27.508)
Provisões operacionais	(159.949)	-		(159.949)
Depreciação e amortização	(213.723)	(2,660)	(b)	(216.383)
Outras	(84.660)	712	(b)	(83.948)
Total das despesas operacionais	(965.795)	(3,536)		(969.331)
RESULTADO DO SERVIÇO	1,312,870	1,155		1,314,025
Amortização do ágio	(82,841)	-		(82,841)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	(82,841)	-		(82,841)
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA				
Receita	349.709	-	(c)	349.709
Despesa	(337.448)	(3,235)	(b)	(340.683)
Variações monetárias/cambiais - líquidas	(79.701)	(110)	(c)	(79.811)
Outras	-	-		-
Total	(67,440)	(3,345)		(70,785)
RESULTADO OPERACIONAL	1.162.589	(2,190)		1.160.399
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(10.885)	-		(10.885)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	1.151.704	(2,190)		1.149.514
Contribuição Social	(89.522)	-		(89.522)
Provisão para Imposto de Renda	(310.812)	-		(310.812)
Contribuição Social Diferida	(45.468)	197		(45.271)
Imposto de Renda Diferido	(62.210)	548		(61.662)
TOTAL DOS TRIBUTOS	(508.012)	745		(507.267)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS MINORITÁRIOS	643.692	(1,445)		642.247
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	(472.500)	206		(472.294)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	171.192	(1,239)		169.953
Reconciliação do lucro referente ao 2Q07:				
Controladora	175,816	(1,239)		174,577
Reversão de provisões constituídas sobre contas a receber intercompanhias, líquidos dos efeitos tributários	(4,624)	-		(4,624)
Consolidado	171,192	(1,239)		169,953

- a. Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa e inclusão da Demonstração do Valor Adicionado no conjunto das demonstrações financeiras. Estas demonstrações não são requeridas na apresentação de ITRs e, portanto, não estão sendo apresentadas.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- b. No ativo permanente: (i) criação do subgrupo Intangível; (ii) restrição do uso do ativo diferido às despesas pré-operacionais e aos gastos incrementais de reestruturação; (iii) segregação, no ativo intangível, dos bens incorpóreos, inclusive o ágio (“goodwill”) adquirido, e (iv) inclusão, no ativo imobilizado, dos ativos decorrentes de operações que transfiram à Companhia os benefícios, riscos e controle desses bens, independente de ter ocorrido ou não a transferência de propriedade.

A controlada Eletropaulo reclassificou o saldo líquido das despesas incorridas com a emissão de debêntures para o grupo “Outros Créditos - Despesas Pagas Antecipadamente”, mantendo o prazo de apropriação das despesas ao resultado conforme o cronograma de liquidação das debêntures.

Para os contratos de arrendamento mercantil, locação e outros contratos de fornecimento onde foram substancialmente transferidos os benefícios, riscos e controles dos bens, a Companhia e suas controladas reconheceram os bens em referência por seu valor justo como parte de seu ativo imobilizado, registrando, em contrapartida, o passivo correspondente. O ativo imobilizado é depreciado pela vida útil do bem e em cada prestação do contrato, se registra a parcela relativa à amortização da dívida e a parcela correspondente aos encargos financeiros (variação monetária e juros) do financiamento.

- c. Definição de novos critérios para a classificação e a avaliação das aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de crédito.

Em linha com a norma internacional, a Companhia classificou os instrumentos financeiros por ela contratados, desde a data inicial, em uma das três categorias a seguir: i) destinados à negociação; ii) disponíveis para venda; e iii) mantidos até o vencimento. Os ativos financeiros classificados como destinados à negociação são reconhecidos ao seu valor de mercado, sendo a diferença entre o valor de mercado e a curva do título registrado no resultado. Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidos a seu valor de mercado, sendo que a diferença entre o valor de mercado e a curva do título, é registrada em conta específica do patrimônio líquido (“Ajustes de Avaliação Patrimonial”). Esse valor será registrado no resultado por ocasião da venda do título. Os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento, são contabilizados ao custo e amortizados acrescidos dos rendimentos.

Destinados a negociação: Em geral instrumentos financeiros derivativos são classificados como destinados à negociação.

Disponíveis para venda: As aplicações financeiras apresentadas na rubrica “Disponibilidades – Aplicações no Mercado Aberto” e “Títulos e Valores Mobiliários” foram classificadas como disponíveis para venda.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Mantidos até o vencimento: Considerando sua natureza, todos os outros ativos financeiros foram classificados como Mantidos até o vencimento, incluindo os ativos classificados nas seguintes rubricas: Consumidores, Concessionárias e Permissionárias, Serviços Prestados, Devedores Diversos, Contas a Receber – Acordos, Outros Créditos, e Cauções e Depósitos Vinculados. A classificação de ativos mantidos até o vencimento não representa mudança em relação com os critérios de valorização utilizados anteriormente pela Companhia.

- d. Introdução do conceito de Ajuste a Valor Presente para as operações ativas e passivas decorrentes de operações de longo prazo e, quando houver efeito relevante, para as outras operações.

Com base nos princípios estabelecidos pelas normas internacionais, notadamente a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e a “IAS 32 – Instrumentos Financeiros”: Apresentação, a Companhia avaliou, na data de reconhecimento inicial do ativo ou passivo em referência, eventuais situações nas quais havia ou há diferença, entre o valor nominal e o valor justo (determinado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados a uma taxa de juros de mercado na data de reconhecimento inicial). Também em conformidade com as normas internacionais, a Companhia não efetuou remensuração de ativos e passivos financeiros a seu valor justo posteriormente ao seu reconhecimento inicial, com exceção do descrito na seção (c) conforme requerido pela Lei nº. 11.638/2007.

Para certas operações de empréstimos junto à Eletrobrás que apresentam taxas de juros inferiores às taxas de mercado vigentes na data da obtenção do financiamento, a Companhia reconheceu o ajuste ao valor presente através de conta redutora do grupo de contas de empréstimos e financiamentos.

O ajuste ao valor presente foi calculado utilizando-se taxa de juros vigente na data de captação do empréstimo que poderia ser pago pela Companhia para um empréstimo com valor, prazo, moeda e garantia similares aos empréstimos outorgados pela Eletrobrás. O ajuste a valor presente é reconhecido no resultado como despesa financeira como um ajuste à taxa de juros do empréstimo.

- e. A Lei nº. 11.638/2007 também obriga a Companhia a efetuar, periodicamente, análise para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido.

A Companhia e suas controladas irão avaliar, no mínimo, anualmente a existência de indicadores de perda de valor nos ativos de longo prazo. A Companhia e suas controladas, com exceção da controlada indireta Uruguaiana S.A., não têm conhecimento de nenhum indicador de perda de valor de seus ativos no trimestre findo em 30 de junho de 2008.

A Companhia reconheceu provisão para redução do valor de recuperação dos ativos da sua controlada Uruguaiana com base em cálculo do fluxo de caixa operacional, conforme descrito na Nota 16.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- f. Alterado o parâmetro para avaliação de coligadas pelo método da equivalência patrimonial, aplicando esse método a todas as investidas em que a investidora tenha influência significativa, com a presunção de influência significativa quando a participação for igual ou maior que 20% do capital votante (anteriormente o percentual era pelo capital total, sendo requerida a aplicação do método de equivalência a partir de participação de 10% no capital total).

A aplicação desta norma não teve impacto nas Informações Trimestrais da Companhia.

- g. Eliminação da possibilidade de efetuar reavaliações espontâneas do ativo imobilizado. A nova lei deu a opção às Companhias para manterem os saldos existentes dessa reserva, que deverão ser realizados de acordo com as regras atuais, ou de estornarem esses saldos até o final do exercício de 2008.

A Administração da Controlada Eletropaulo decidiu pela manutenção do saldo da reavaliação, portanto o valor da reavaliação dos ativos será depreciado e a reserva correspondente será realizada de acordo com a vida útil estimada dos bens determinada no laudo de reavaliação.

- h. Remuneração de empregados e administradores, mesmo quando efetuada na forma de instrumentos financeiros, tais como ações ou opções de compra de ações. A regulamentação proposta pela CVM requer, enquanto não houver expressa determinação sobre a contabilização de remuneração com base em ações, que a despesa com concessão de ações seja contabilizada conforme preconizado pelo "IFRS 2 – Pagamentos com Base em Ações", ou que sejam feitas divulgações sobre tais planos.

A Companhia não mantém planos de remuneração a empregados ou administradores com base em ações.

Certos empregados e administradores da Companhia e suas controladas participam em planos de remuneração com base em ações estabelecidos pela sua controladora The AES Corporation. A Companhia não tem qualquer responsabilidade em relação com os benefícios dos planos estabelecidos pela The AES Corporation.

- i. A Lei nº. 11.638/2007 introduziu o conceito de sociedades de grande porte, assim consideradas aquelas que, individualmente ou sob controle comum, possuam ativo total superior a R\$ 240 milhões ou receita bruta superior a R\$ 300 milhões. A controladas da Companhia que estão abrangidas dentro desse conceito e, apesar de não estarem constituídas na forma de sociedade por ações, passaram a ter a obrigatoriedade de manter escrituração e de elaborar demonstrações financeiras com observância às disposições da lei das sociedades por ações no que diz respeito à escrituração e elaboração de demonstrações financeiras. Além disso, essas demonstrações financeiras passaram a ter que ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Procedimentos de Consolidação

A Companhia elabora demonstrações contábeis consolidadas, de acordo com as normas estabelecidas pela Instrução nº. 247, de 27 de março de 1996, da CVM - Comissão de Valores Mobiliários, as quais abrangem as da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas, como segue:

	Atividade	Participação (%)	
		30.6.08	31.3.08
Controladas diretas:			
AES Elpa S.A. ("Elpa")	Holding	98,26	98,26
AES Uruguaiana Inc. ("Uruguaiana Inc.")	Holding	100,00	100,00
AES Tietê S.A. (Tietê)	Geração	52,55	52,55
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Eletropaulo")	Distribuição	4,44	4,44
Eletropaulo Telecomunicações Ltda. ("Telecom")	Telecomunicações	100,00	100,00
AES Infoenergy Ltda. ("Infoenergy")	Comercializadora	100,00	100,00
Investimento indireto:			
Controladas indiretas:			
AES Communications Rio de Janeiro S.A. ("AES Communications")	Telecomunicação	98,26	98,26
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Eletropaulo")	Distribuição	30,43	30,43
AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. ("Uruguaiana")	Geração	100,00	100,00
AES Minas PCH Ltda. ("Minas PCH")	Geração	52,55	52,55
AES Rio PCH Ltda. ("Rio PCH")	Geração	52,55	52,55

Entre os principais ajustes de consolidação estão:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas, entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem efetivamente os saldos com terceiros.
- Eliminação das participações no patrimônio líquido das empresas controladas.
- Apuração da participação dos acionistas não controladores no balanço patrimonial e nas demonstrações do resultado e classificação em conta específica.
- O ágio pago na aquisição dos investimentos nas controladas incluídas na consolidação ou aquele apurado no processo de reestruturação societária está registrado em conta destacada do ativo permanente - diferido.

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas Companhias consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. Consumidores, Revendedores, Concessionárias e Permissionárias

	Consolidado - 30 de junho de 2008					
	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total	Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	Saldo
		Até 90 dias	mais de 90 dias			
CIRCULANTE						
Consumidores:						
Residencial	195.255	205.665	31.523	432.443	(61.518)	370.925
Industrial	51.314	38.989	35.305	125.608	(24.638)	100.970
Comercial	95.571	58.240	43.159	196.970	(42.772)	154.198
Rural	179	51	46	276	-	276
Poder público:						
Federal	1.260	895	575	2.730	(644)	2.086
Estadual	8.654	2.125	455	11.234	(123)	11.111
Municipal	10.983	3.028	9.692	23.703	(5.046)	18.657
Iluminação pública	10.912	2.227	1.166	14.305	(576)	13.729
Serviço público	9.247	6.935	6.796	22.978	(6.116)	16.862
Renda não faturada	440.771	-	-	440.771		440.771
Subtotal – Consumidores	824.146	318.155	128.717	1.271.018	(141.433)	1.129.585
<u>Concessionárias e permissionárias</u>						
Revendedores	18.079	23.913	85.207	127.199	(90.933)	36.266
Energia no curto prazo - CCEE	27.962	-	-	27.962	-	27.962
Desconto da TUSD	68.022	-	-	68.022	-	68.022
Energia livre	5.673	-	-	5.673	(5.240)	433
Outros clientes	73.581	-	-	73.581	(7.599)	65.982
Total	1.017.463	342.068	213.924	1.573.455	(245.205)	1.328.250
NÃO CIRCULANTE						
Consumidores:						
Desconto da TUSD	8.197	-	-	8.197	-	8.197
Outros clientes	4.411	-	-	4.411	-	4.411
<u>Concessionárias e permissionárias</u>						
Energia no curto prazo – CCEE	-	-	33.121	33.121	-	33.121
Energia livre	3.083	-	-	3.083	(3.025)	58
Total	15.691	-	33.121	48.812	(3.025)	45.787
Geral	1.033.154	342.068	247.045	1.622.267	(248.230)	1.374.037

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Consolidado - 31 de março de 2008

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total	Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	Saldo
		Até 90 dias	mais de 90 dias			
CIRCULANTE						
Consumidores:						
Residencial	212.816	141.026	31.962	385.804	(36.175)	349.629
Industrial	67.163	30.294	36.241	133.698	(51.147)	82.551
Comercial	110.080	64.060	42.919	217.059	(42.151)	174.908
Rural	140	155	64	359	(60)	299
Poder público:						
Federal	1.455	817	636	2.908	(500)	2.408
Estadual	7.406	3.124	323	10.853	(238)	10.615
Municipal	9.420	4.230	8.383	22.033	(5.261)	16.772
Iluminação pública	12.155	2.735	597	15.487	(563)	14.924
Serviço público	10.675	4.482	6.700	21.857	(6.038)	15.819
Renda não faturada	481.356			481.356		481.356
Subtotal – Consumidores	912.666	250.923	127.825	1.291.414	(142.133)	1.149.281
Concessionárias e permissionárias						
Revendedores	53.989	46.608	53.440	154.037	(72.143)	81.894
Energia no curto prazo - CCEE	28.303	-	-	28.303	-	28.303
Desconto da TUSD	50.625			50.625		50.625
Energia livre	49.135	-	-	49.135	(47.718)	1.417
Outros clientes	66.054	-	-	66.054	(7.499)	58.555
Total	1.160.772	297.531	181.265	1.639.568	(269.493)	1.370.075
NÃO CIRCULANTE						
Consumidores:						
Desconto da TUSD	13.714	-	-	13.714	-	13.714
Outros clientes	14.759	-	-	14.759	-	14.759
Concessionárias e permissionárias						
Energia no curto prazo – CCEE	-	-	33.121	33.121	-	33.121
Energia livre	2.029	-	-	2.029	(1.971)	58
Total	30.502	-	33.121	63.623	(1.971)	61.652
Geral	1.191.274	297.531	214.386	1.703.191	(271.464)	1.431.727

(*) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – vide nota nº 11.

A Administração das controladas continua implementando gestões com consumidores de várias classes e, em especial, com o poder público, nas suas diversas esferas, objetivando a diminuição dos saldos em atraso e condicionando as negociações aos recebimentos dos débitos vincendos.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5. Tributos e Contribuições Sociais - Compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	30/6/08	31/3/08	30/6/08	31/3/08
CIRCULANTE				
Imposto de renda	29.037	28.512	217.938	111.193
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - crédito tributário	8.735	9.070	73.013	30.852
IRRF a compensar	8.245	7.217	23.118	17.341
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	64.783	29.660
PIS/COFINS	-	-	19.549	19.042
Outros	300	54	8.899	11.155
Total	46.317	44.853	407.300	219.243
NÃO CIRCULANTE				
ICMS	-	-	26.510	23.115
IRRF a compensar	49.480	49.044	49.480	49.044
PIS crédito tributário	-	-	53.468	54.838
Outros	1.965	1.937	2.024	3.623
Total	51.445	50.981	131.482	130.620
Total Geral	97.762	95.834	538.782	349.863

Os tributos e as contribuições sociais compensáveis referem-se principalmente à antecipação do imposto de renda e da contribuição social, em decorrência da sistemática de recolhimento prevista na legislação vigente, e à retenção na fonte sobre o fornecimento de energia a órgãos públicos federais.

ICMS - refere-se a créditos oriundos de aquisição de bens do ativo imobilizado.

PIS - crédito tributário - Não Circulante: refere-se à compensação dos valores indevidamente recolhidos no período de junho de 1990 a outubro de 1995 que foram pleiteados judicialmente pela controlada Eletropaulo, sendo que a perspectiva de desfecho da causa é avaliada positivamente pelos consultores jurídicos. Esse montante está sendo atualizado com base na remuneração da taxa Selic e sobre o mesmo não se espera incorrer em qualquer perda, quando da realização.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6. Tributos e Contribuições Sociais - Diferidos

	Consolidado	
	30/6/08	31/3/08
ATIVO		
<u>CIRCULANTE</u>		
Provisões temporariamente não dedutíveis para:		
Imposto de renda	221.454	208.934
Contribuição social	63.107	60.760
Total do ativo circulante	284.561	269.694
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Contribuição social	204.667	216.296
Imposto de renda	747.753	783.378
Total do ativo não circulante	952.420	999.674
Total do ativo	1.236.981	1.269.368
PASSIVO		
<u>CIRCULANTE</u>		
Contribuição social sobre reavaliação	(3.464)	(3.464)
Imposto de renda sobre reavaliação	(5.222)	(5.222)
Total do passivo circulante	(8.686)	(8.686)
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Contribuição social sobre reavaliação	(140.834)	(140.484)
Imposto de renda sobre reavaliação	(389.850)	(394.636)
Contribuição social sobre outros	(8.007)	(8.690)
Imposto de renda sobre outros	(22.243)	(24.139)
Total do passivo não circulante	(560.934)	(567.949)
Total do passivo	(569.620)	(576.635)
Total Geral - líquido	667.361	692.733

Contribuição Social e Imposto de renda sobre Reavaliação: valor dos impostos provisionados às alíquotas regulares, 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social, apurados sobre o valor da reavaliação dos bens integrantes do Ativo Imobilizado registrado pela controlada Eletropaulo e amortizado em função das correspondentes realizações desses ativos por meio das respectivas depreciações e baixas.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A composição consolidada dos tributos diferidos é como segue:

	Consolidado					
	30/6/08			31/03/08		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Provisão de reserva matemática	456.030	164.171	620.201	474.756	170.912	645.668
Provisão para contingências	385.143	55.662	440.805	378.747	54.455	433.202
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	70.742	25.467	96.209	79.355	28.568	107.923
Reserva de reavaliação	(394.216)	(141.918)	(536.134)	(399.857)	(143.949)	(543.806)
Prejuízo fiscal				-		-
Base negativa de contribuição social				-	-	-
Outros	34.193	12.087	46.280	35.314	14.432	49.746
Total	551.892	115.469	667.361	568.315	124.418	692.733

As estimativas de realização dos créditos tributários das controladas Eletropaulo, Tietê e Infoenergy, decorrentes da totalidade dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, bem como de tributos a recuperar, estão respaldadas em projeções de rentabilidade das empresas controladas, aprovadas pelos seus respectivos Conselhos de Administração e Fiscal, a saber:

	Consolidado - 2008		
	Tributos e contribuições sociais diferidos	Tributos a recuperar	Total
Após junho de 2008	277.842	(*)	284.426
2009	161.989	12.472	174.461
2010	148.017	11.865	159.882
2011	132.918	11.315	144.233
2012	142.754	10.789	153.543
2013 - 2015	188.270	29.042	217.312
2016 - 2018	185.191	23.241	208.432
2019 - 2021	-	18.469	18.469
2022 - 2024	-	14.620	14.620
2025 - 2027	-	11.587	11.587
2028 - 2029	-	6.533	6.533
Total	1.236.981	156.517	1.393.498

(*) Vide nota explicativa nº. 7.

A Companhia e as controladas Uruguaiana e Elpa não registram impostos diferidos sobre créditos fiscais, enquanto suas operações não apresentarem expectativa de geração de lucro tributável. Em 30 de junho de 2008 essas subsidiárias acumulam prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que gerariam potenciais créditos tributários no montante R\$ 1.197.097.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

De acordo com a Instrução CVM nº. 371/02, as controladas Eletropaulo e Tietê, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudos técnicos aprovados pela Administração dessas controladas, reconheceram créditos tributários sobre a totalidade dos prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, os quais não possuem prazo prescricional. A expectativa de realização do valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisada anualmente pelas controladas e os eventuais ajustes na expectativa de realização não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração dessas controladas.

As premissas utilizadas na preparação das projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia e suas controladas foram baseados nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia e suas controladas e não devem ser utilizados para tomada de decisão em relação a investimento.

7. Tributos a Recuperar - Circulante e Não Circulante

Os tributos a recuperar referem-se ao benefício fiscal gerado na incorporação pela controlada Tietê do ágio de sua antiga controladora direta AES Gás Empreendimentos Ltda. A movimentação no exercício é a seguinte:

	Consolidado			
	30/6/08		31/03/08	
	Ágio	Provisão	Valor líquido	Valor líquido
<u>AES Gás Ltda.</u>				
Saldos oriundos da incorporação	808.303	(541.563)	266.740	266.740
Amortização acumulada	(404.185)	269.763	(134.422)	(131.638)
Subtotal	404.118	(271.800)	132.318	135.102
<u>AES Tietê Participações S.A.</u>				
Saldos oriundos da incorporação	62.372	(36.755)	25.617	25.618
Amortização acumulada	(4.003)	2.586	(1.417)	(969)
Subtotal	58.369	(34.169)	24.200	24.649
Saldos no final do exercício	462.487	(305.969)	156.518	159.751
Parcela classificada como circulante			12.820	12.994
Parcela classificada como não circulante			143.698	146.757

Incorporação do ágio da AES Gás Ltda. e AES Tietê Participações

Referem-se a ágios originalmente pagos pelas empresas AES Gás Ltda. e AES Tietê Participações S.A., quando da aquisição de participações na Companhia e que têm por fundamento econômico a expectativa de resultados futuros da Companhia. A AES Gás Ltda. (AES Gás) e a AES Tietê Participações S.A. (TP), em 2000 e 2007, respectivamente, implementaram reestruturações societárias resultando em suas incorporações pela Companhia. Nesse processo, o valor desses ágios, líquidos da provisão para proteção dos

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

acionistas minoritários, e, no caso da TP, os créditos fiscais diferidos sobre o ágio amortizado, foram incorporados pela Companhia, passando a serem classificados na rubrica Tributos a Recuperar, uma vez que esse valores líquidos de fato referem-se aos benefícios fiscais futuros que serão auferidos pela controlada Tietê, quando da amortização dos valores brutos dos ágios (despesa dedutível) e de suas respectivas provisões (exclusão permitida na apuração da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social).

Tanto os ágios, quanto as provisões, estão sendo amortizados de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura da controlada Tietê, pelo prazo da concessão.

De acordo com o requerido na Instrução CVM nº 349, para fins de apresentação das informações trimestrais, o valor líquido correspondente ao benefício fiscal, anteriormente descrito, está sendo apresentado no ativo circulante e no realizável a longo prazo, na rubrica "Tributos a recuperar", conforme a expectativa de sua realização. Em virtude de a amortização do ágio, a provisão e o respectivo benefício fiscal não produzirem efeitos no resultado do exercício, tais valores foram reclassificados na demonstração do resultado, para fins de apresentação, como despesa de imposto de renda e de contribuição social.

De acordo com o permitido na Instrução CVM nº 319, a reserva especial de ágio na incorporação, constante do patrimônio líquido da controlada Tietê, será capitalizada em favor de seu acionista controlador, Companhia Brasileira de Energia, à medida que o benefício fiscal seja realizado. Até 30 de junho de 2008 o benefício fiscal gerado e registrado foi de R\$ 135.841 (R\$ 132.607 até 31 de março de 2008), dos quais R\$ 117.093 já foram efetivamente realizados financeiramente e podem ser utilizados para aumento de capital. Em 25 de fevereiro de 2005, foi aprovado por unanimidade, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, o último aumento de capital social no montante de R\$ 59.811, referente a benefício fiscal realizado até 31 de dezembro de 2003.

8. Serviços Prestados

	Consolidado	
	30/6/08	31/3/08
Serviços prestados a terceiros – faturados	30.334	35.365
Serviços em curso	8.405	7.042
Outros - Iluminação Pública – Interior	384	6
	39.123	42.413
Provisão créditos de liquidação duvidosa (Nota 11)	(12.253)	(12.225)
Saldo líquido de PCLD	26.870	30.188

Os serviços prestados estão relacionados, principalmente, à manutenção de linhas e redes de iluminação pública e de distribuição, efetuada pela controlada Eletropaulo às prefeituras municipais, à São Paulo Transportes S.A. ("SPTrans"), à EMTU - Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos e aos demais consumidores.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9. Contas a Receber - Acordos

	Consolidado	
	30/6/08	31/3/08
<u>Circulante:</u>		
Contas a receber - acordos:		
Governo do Estado de São Paulo	-	5.893
Prefeituras municipais localizadas na área de concessão da:		
Bandeirante Energia/CPFL – Piratininga	226	226
Eletropaulo (exceto PMSP)	28.300	49.182
Consumidores	44.938	49.543
Outros	1.795	1.587
Total	75.259	106.431
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Consumidores (*)	(21.958)	(24.213)
Saldo líquido de PCLD	53.301	82.218
<u>Não Circulante:</u>		
Contas a receber - acordos:		
Prefeituras municipais localizadas na área de concessão da:		
Eletropaulo (exceto PMSP)	131.737	134.699
Consumidores	12.747	11.842
Outros	1.581	1.900
Total	146.065	148.441
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Pref. Municipais	(97.359)	(122.359)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Outros (*)	(3.051)	(1.932)
Saldo líquido de PCLD	45.655	24.150
Total Geral	98.956	106.368
(*) vide Nota 11		

Consumidores

Referem-se a TCD's (Termo de Confissão de Dívida) para recebimento parcelado de créditos de consumo de energia elétrica e/ou prestação de serviços a consumidores, atualizados monetariamente até o recebimento das parcelas pelo IGP-M.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10. Outros Créditos

	Controladora		Consolidado	
	30/6/08	31/3/08	30/6/08	31/3/08
Circulante:				
Taxa Cosip (c)	-	-	21.479	21.560
Quota – RGR	-	-	561	1.608
Programa Baixa Renda	-	-	19.994	13.901
Garantias - CCEE	-	-	7.463	20.942
Adiantamentos a fornecedor	-	-	1.565	1.766
Cauções e depósitos vinculados	-	-	471	510
Vendas exportação - Uruguiana	-	-	6.013	-
Outros	436	436	13.500	27.181
Total	436	436	71.046	87.468
Provisão para créditos liquidação duvidosa	-	-	(4.068)	(4.056)
Saldo líquido de PCLD	436	436	66.978	83.412
Não Circulante:				
Direito de Uso do Gás natural (a)	-	-	1.493	978
Alienação de bens e direitos (d)	-	-	56.000	57.680
Programa Reluz - PMSP (b)	-	-	26.554	31.266
Companhia Energética de São Paulo – Cesp	-	-	4.985	5.839
Bens destinados a alienação (e)	-	-	33.243	953
Despesas pagas antecipadamente	-	-	6.973	8.687
Outros	-	-	14.370	18.674
Total	-	-	143.618	124.077
Total Geral	436	436	210.596	207.489

(a) Direito de Uso do Gás natural

A controlada Uruguiana mantém contrato de compra de gás natural com a Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - Sulgás, concessionária de serviços de distribuição de gás no Estado do Rio Grande do Sul. O contrato tem como parte anuente a YPF, exportadora de gás natural localizada na Argentina. A Sulgás tem a responsabilidade de importar o gás da Argentina fornecido pela YPF e revendê-lo para a controlada Uruguiana. O prazo do contrato é de 20 anos, com término previsto para 1º. de dezembro de 2019. A controlada Uruguiana tem as seguintes principais obrigações:

- Pagamento à Sulgás do custo do investimento incorrido na construção do gasoduto até a usina de Uruguiana. O pagamento desse investimento será efetuado mensalmente, durante a vigência do contrato, com base na quantidade máxima de gás contratada. Os valores estão sujeitos à variação do dólar norte-americano, mais um valor fixo reajustado anualmente pela variação do IGP-M, ou a qualquer tempo sempre que o percentual da variação cambial superar em 5% a variação do IGP-M.
- Pagamento mínimo, a partir de 1º. de janeiro de 2001 e até o término do contrato, de uma média de 75% da quantidade máxima anual prevista no contrato de fornecimento, independentemente da utilização ou não do gás (“take or pay”) com o direito de consumir esse gás até um ano após o término do contrato.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 30 de junho de 2008 o direito de consumir gás em decorrência da condição contratual de pagamento mínimo anteriormente mencionada, no montante de R\$ 42.201 (R\$ 46.368 em 31 de março de 2008), referentes a aproximadamente 464.299 dam³ (464.299 dam³ em 31 de dezembro de 2007) de gás natural não consumido durante os exercícios de 2002, 2004 e 2006. O saldo está registrado no ativo realizável a longo prazo pelo seu custo de aquisição acrescido da variação cambial incorrida no período, deduzido da provisão para redução ao provável valor de realização, calculada conforme critérios descritos na nota explicativa 19, no montante de R\$ 40.708 (R\$ 45.391 em 31 de março de 2008).

A expectativa de utilização da quantidade de gás não consumida está vinculada diretamente ao despacho (geração da energia elétrica) da usina. De acordo com as projeções da Companhia, o consumo desse gás ocorrerá a partir da normalização do fluxo de abastecimento (vide nota explicativa nº. 1).

(b) Programa Reluz - PMSP

Refere-se a recursos que estão sendo aplicados integralmente no Programa Reluz no Município de São Paulo, os quais se destinam ao custeio da execução de obras da substituição e eficientização de equipamentos de iluminação pública. A Prefeitura do Município de São Paulo assinou com a controlada Eletropaulo compromisso de pagamento que reflete os mesmos termos e condições do financiamento obtido junto à Eletrobrás.

(c) Cosip

A contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - Cosip é representada por valores a receber de consumidores a serem repassados às Prefeituras Municipais detentoras desses créditos, de conformidade com convênios assinados com as referidas Prefeituras.

(d) Alienação de bens e direitos

Refere-se a materiais inservíveis e imóveis, principalmente terrenos alienados que se encontram em processo de regularização para conclusão da venda.

(e) Bens destinados à Alienação

Refere-se a Bens e Direitos antes classificados como "Investimento – Destinados à Uso Futuro" que neste trimestre foram destinados à alienação.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, em 30 de junho de 2008 e em 31 de março de 2008, é como segue:

	Consolidado	
	30/06/08	31/03/08
<u>Rubricas de Origem</u>		
<u>Circulante</u>		
Consumidores - nota nº. 4	141.433	142.133
Energia livre - RTE – nota nº. 4	5.240	47.718
Revendedores e outros - nota nº. 4	98.532	79.642
Serviços Prestados - nota nº. 8	12.253	12.225
Contas a Receber - partes relacionadas - nota nº. 26	71.965	53.255
Contas a Receber - acordos - consumidores - nota nº. 9	21.958	24.213
Outros créditos diversos - nota nº. 10	4.068	4.056
Total	355.449	363.242
<u>Não Circulante</u>		
Energia Livre - nota nº. 4	3.025	1.971
Contas a Receber - acordos - Prefeituras Municipais diversas - nota nº. 9	97.359	122.359
Contas a Receber - acordos - outros - nota nº. 9	3.051	1.932
Total	103.435	126.262
Total Geral	458.884	489.504

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Considerando a grande diversificação na carteira de clientes, a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com os principais critérios a seguir descritos:

Consumidores/Acordos – classes

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais e rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

Serviços prestados/outros créditos

- Faturas vencidas há mais de 360 dias.

A controlada Eletropaulo inclui no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa as faturas vincendas e vencidas, em períodos inferiores aos anteriormente estabelecidos, dos consumidores enquadrados nos critérios a) a d) acima descritos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa inclui análise individual de outras contas julgadas de difícil recebimento.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A controlada Eletropaulo efetua as baixas de créditos nos parâmetros de perdas depois de esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos na Lei nº. 9.430/96: faturas e créditos com valores de até R\$5, vencidos há mais de 180 dias; valores entre R\$5 e R\$30, vencidos há mais de 360 dias; valores superiores a R\$30, vencidos há mais de 360 dias desde que tomadas e mantidas medidas judiciais de cobrança.

Os acordos de parcelamento - TCD - inadimplentes, são registrados pelo seu valor total, independentemente de existirem parcelas cujos valores ainda não estejam vencidos, regra essa válida para PCLD ou para enquadramento em Perda. Renegociação de débitos – TCD – são revertidos somente quando recebidos.

Os recebimentos de créditos que foram baixados das contas a receber originais, por terem se enquadrado nos parâmetros de perdas, são registrados à crédito de Outras Receitas Operacionais. Os saldos desta rubrica estão sendo complementarmente apresentadas nas notas explicativas correspondentes às contas do Ativo que os originaram - notas explicativas nº.s.4, 5, 8, 9, 10 e 26.

Energia livre – RTE

O recebimento das contas a receber de energia livre pela controlada Tietê está ocorrendo por meio de repasse de parcela da recomposição tarifária extraordinária (RTE) pelas distribuidoras, à medida que estas a recuperem. Esse repasse teve início no mês de fevereiro de 2003, tendo a controlada Tietê recebido R\$ 167.218 até 30 de junho de 2008 (R\$ 166.234 até 31 de março de 2008). A Companhia está registrando provisão para cobrir eventuais perdas na realização dessas contas a receber.

Em 31 de dezembro de 2007, a administração da controlada Tietê, com base em estudo preparado para verificar a recuperabilidade do saldo a receber de energia livre dentro do prazo determinado pela ANEEL para as empresas de distribuição faturarem a recomposição tarifária extraordinária (RTE), e reembolsarem a parcela de energia livre arrecadada para as empresas de geração, registrou provisão para realização sobre contas a receber de energia livre no montante de R\$ 8.265 (R\$49.689 em 31 de março de 2008).

De acordo com orientação contida no Ofício Circular nº. 2409/2007-SFF/ANEEL, de 14 de novembro de 2007, o saldo do contas a receber de energia livre não faturado pelas distribuidoras no prazo estabelecido pela ANEEL, deverá ser baixado até 31 de dezembro de 2007, e registrado no resultado do exercício, bem como o saldo da respectiva provisão constituída deverá ser revertida para o resultado do exercício. Dessa forma, a controlada Tietê registrou baixa do saldo a receber de energia livre das distribuidoras cujo prazo para faturamento da RTE e consequente repasse da energia livre encerraram-se até 30 de junho de 2007. O valor acumulado dessa baixa até 30 de junho de 2008 foi de R\$ 82.011 (R\$ 39.533 até 31 de março de 2008). Como esse valor estava integralmente provisionado pela Companhia, não houve impacto no resultado.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12. Compensação de Variação dos Itens da Parcela A – CVA

	Consolidado				Recomposição Tarifária	TOTAL
	Saldos em 30.6.2008					
	Parcela "A" Período de 1.1.2001 até 25.10.2001	CVA - Período apó				
	4.6.2006 até 4.6.2007	4.6.2007 até 4.6.2008	4.6.2008 até 4.6.2009			
ATIVO						
CIRCULANTE						
Conta de Consumo de Combustível - CCC	114.148	1.738	17.473	-	-	133.359
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	5.710	-	-	5.710
Energia Itaipu - custo/variação cambial	242.071	205	-	-	-	242.276
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	-	45.864	-	-	45.864
Encargos de Conexão a Rede	18	-	-	-	-	18
Transporte de energia - Itaipu	56	1	-	-	-	57
Transporte de energia pela rede básica	401	115	4.079	-	-	4.595
Taxa de Fiscalização	2.604	-	-	-	-	2.604
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	10.720	-	-	10.720
Proinfra	-	-	15.372	-	-	15.372
Subtotal	359.298	2.059	99.218	-	-	460.575
NÃO CIRCULANTE						
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	-	5.692	-	5.692
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	489	-	489
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	-	-	59.551	-	59.551
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	-	23.255	-	23.255
Proinfra	-	-	-	2.442	-	2.442
Subtotal	-	-	-	91.429	-	91.429
Total	359.298	2.059	99.218	91.429	-	552.004
PASSIVO						
CIRCULANTE						
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(250)	-	-	-	(250)
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	(76)	-	-	-	(76)
Compra de energia elétrica	-	(236)	(82.898)	-	-	(83.134)
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	(41.489)	-	-	(41.489)
Reserva Global de Reversão - RGR	(3.785)	-	-	-	-	(3.785)
Transporte de energia pela rede básica - EMAE	-	-	-	-	(2.002)	(2.002)
Transporte de energia pela rede básica - Petrobrás	-	-	-	-	(2.646)	(2.646)
Transmissoras	-	-	-	-	(42.312)	(42.312)
Proinfra	-	(202)	-	-	-	(202)
Subtotal	(3.785)	(764)	(124.387)	-	(46.960)	(175.896)
NÃO CIRCULANTE						
Compra de energia elétrica	-	-	(85)	(28.918)	-	(29.003)
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	-	(1.989)	-	(1.989)
Transporte de energia pela rede básica	-	-	-	(1.307)	-	(1.307)
Transporte de energia pela rede básica - EMAE	-	-	-	-	(1.806)	(1.806)
Transporte de energia pela rede básica - Petrobrás	-	-	-	-	(2.581)	(2.581)
Subtotal	-	-	(85)	(32.214)	(4.387)	(36.686)
Total	(3.785)	(764)	(124.472)	(32.214)	(51.347)	(212.582)
Total Geral - Líquido	355.513	1.295	(25.254)	59.215	(51.347)	339.422

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Saldos em 31/3/2008 - Consolidado						
	Parcela "A" Período de	CVA - Período após				Recomposição Tarifária	TOTAL
		1.1.2001	4.6.2005	4.6.2006	4.6.2007		
		até 25.10.2001	até 4.6.2006	até 4.6.2007	até 4.6.2008		
ATIVO							
CIRCULANTE							
Conta de Consumo de Combustível - CCC	131.187	286	-	13.850	-	145.323	
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	119	2.852	3.989	-	6.960	
Energia Itaipu - custo/variação cambial	278.206	-	-	-	-	278.206	
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	102	832	26.103	-	27.037	
Encargos de Conexão a Rede	20	-	-	-	-	20	
Transporte de energia - Itaipu	64	-	-	-	-	64	
Transporte de energia pela rede básica	460	-	-	7.280	-	7.740	
Taxa de Fiscalização	2.993	-	-	-	-	2.993	
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	787	25.529	-	26.316	
Compra de Energia	-	553	1.708	-	-	2.261	
Proinfa	-	102	2.314	7.607	-	10.023	
PIS	-	-	-	-	303	303	
COFINS	-	-	-	-	607	607	
Subtotal	412.930	1.162	8.493	84.358	910	507.853	
NÃO CIRCULANTE							
Conta de Consumo de Combustível - CCC	12.431	-	-	4.617	-	17.048	
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	1.330	-	1.330	
Energia Itaipu - custo/variação cambial	26.362	-	-	-	-	26.362	
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	-	-	8.701	-	8.701	
Encargos de Conexão a Rede	2	-	-	-	-	2	
Transporte de energia - Itaipu	6	-	-	-	-	6	
Transporte de energia pela rede básica	44	-	-	2.427	-	2.471	
Taxa de Fiscalização	282	-	-	-	-	282	
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	-	8.338	-	8.338	
Proinfa	-	-	-	2.536	-	2.536	
Subtotal	39.127	-	-	27.949	-	67.076	
Total	452.057	1.162	8.493	112.307	910	574.929	
PASSIVO							
CIRCULANTE							
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	(19.855)	-	-	(19.855)	
Transporte de energia - Itaipu	-	-	(12)	(8)	-	(20)	
Transporte de energia pela rede básica	-	(379)	(1.260)	-	-	(1.639)	
Compra de energia elétrica	-	-	-	(68.589)	-	(68.589)	
Ajuste Financeiro e Outros	-	(3.510)	-	(10.004)	-	(13.514)	
Exposição Financeira CCEAR's	-	-	(14.008)	(1.710)	-	(15.718)	
Reserva Global de Reversão - RGR	(4.350)	-	-	-	-	(4.350)	
Transporte de energia pela rede básica - EMAE	-	-	-	-	(1.477)	(1.477)	
Transporte de energia pela rede básica - Petrobrás	-	-	-	-	(1.993)	(1.993)	
Transmissoras	-	-	-	-	(39.490)	(39.490)	
Subtotal	(4.350)	(3.889)	(35.135)	(80.311)	(42.960)	(166.645)	
NÃO CIRCULANTE							
Transporte de energia - Itaipu	-	-	-	(3)	-	(3)	
Compra de energia elétrica	-	-	-	(22.863)	-	(22.863)	
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	-	(3.334)	-	(3.334)	
Exposição Financeira CCEAR's	-	-	-	(570)	-	(570)	
Reserva Global de Reversão - RGR	(412)	-	-	-	-	(412)	
Transporte de energia pela rede básica - EMAE	-	-	-	-	(1.949)	(1.949)	
Transporte de energia pela rede básica - Petrobrás	-	-	-	-	(2.747)	(2.747)	
Transmissoras	-	-	-	-	(10.064)	(10.064)	
Subtotal	(412)	-	-	(26.770)	(14.760)	(41.942)	
Total	(4.762)	(3.889)	(35.135)	(107.081)	(57.720)	(208.587)	
Total Geral - Líquido	447.295	(2.727)	(26.642)	5.226	(56.810)	366.342	

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/08	31/03/08	30/06/08	31/03/08
Participações societárias permanentes:				
Valor patrimonial	1.834.441	1.646.289	-	-
Reavaliação de ativos em controladas (**)	376.773	381.180	-	-
Subtotal	2.211.214	2.027.469	-	-
Ágio na aquisição de investimentos - líquido (*)	1.588.546	1.616.847	-	-
	3.799.760	3.644.316		
Imóveis destinados a uso futuro	-	-	2.099	35.100
Outros	-	-	6.555	6.326
Total	3.799.760	3.644.316	8.654	41.426

(*) O saldo líquido do ágio, no balanço consolidado, está sendo apresentado no ativo diferido (Nota nº. 15).

(**) A controlada Eletropaulo registrou em junho de 2007 nova reavaliação de ativos no montante de R\$1.128.336, líquido dos efeitos tributários, na conta reserva de reavaliação no patrimônio líquido. O saldo dessa reavaliação em 30 de junho de 2008, líquido da amortização é de R\$ 1.080.473 (R\$1.093.112 em 31 de março de 2008). Em consequência, a Companhia e sua controlada AES Elpa registraram reavaliação reflexa, na conta de investimentos, conforme segue:

	%	30/6/08	31/3/08
Reserva de reavaliação registrada na controlada Eletropaulo		1.080.473	1.093.112
Participação da AES Elpa na Eletropaulo	30,97%	<u>334.622</u>	<u>338.537</u>
Participação da Companhia na Eletropaulo	4,44%	47.973	48.534
Participação da Companhia na AES Elpa	98,26%	<u>328.799</u>	<u>332.646</u>
Reserva de reavaliação reflexa registrada na Companhia		<u>376.773</u>	<u>381.180</u>

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O resumo dos investimentos é como segue:

	Tietê	AES Elpa	Tietê Holdings	Uruguaiana Inc.	Eletropaulo	Eletropaulo Telecom	Infoenergy	TOTAL
Participação direta em:								
31 de março de 2008	52,55%	98,26%	100,00%	100%	4,44%	100%	100%	
30 de junho de 2008	52,55%	98,26%	100,00%	100%	4,44%	100%	100%	
Valor do capital social								
31 de março de 2008	207.227	1.058.420	2	519.862	1.057.629	39.610	29.172	
30 de junho de 2008	207.227	1.058.420	2	519.862	1.057.629	39.610	29.172	
Patrimônio líquido								
31 de março de 2008	441.311	1.458.955	35	(92.697)	3.471.818	63.886	3.820	
% de participação	52,55%	98,26%	100,00%	100,00%	4,44%	100,00%	100,00%	
Saldo do investimento	232.162	1.433.568	35	(92.697)	154.149	63.886	3.820	1.794.923
Reserva especial de ágio	232.546	-	-	-	-	-	-	232.546
	464.708	1.433.568	35	(92.697)	154.149	63.886	3.820	2.027.469
30 de junho de 2008	402.569	1.700.674	32	(143.663)	3.669.272	71.120	5.711	
% de participação	52,55%	98,26%	100,00%	100,00%	4,44%	100,00%	100,00%	
Saldo do investimento	211.530	1.671.082	32	(143.663)	162.856	71.120	5.711	1.978.668
Reserva especial de ágio	232.546	-	-	-	-	-	-	232.546
	444.076	1.671.082	32	(143.663)	162.856	71.120	5.711	2.211.214
Resultado do exercício:								
30 de junho de 2008	306,898	279,732	-	(127,675)	347,890	12,312	(2,978)	

Movimentação dos investimentos:	Tietê	AES Elpa	Tietê Holdings	Tietê Participações	Uruguaiana Inc.	Eletropaulo	Eletropaulo Telecom	Infoenergy	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2006	334.626	1.085.651	89.093	-	784.420	97.504	59.716	8.664	2.459.674
Aumento em investimentos	-	-	-	98	-	-	-	-	98
Redução de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transf. de ativos Tietê Holdings para Brasileira	-	-	(88.752)	88.752	-	-	-	-	-
Incorporação da Tietê Participações	-	-	-	(32.012)	-	-	-	-	(32.012)
Transferência do investimento e ágio detido pela TP na Tietê para a Brasileira	39.323	-	-	(69.395)	-	-	-	-	(30.072)
Reserva de reavaliação reflexa em controlada	-	343.365	-	-	-	50.098	-	-	393.463
Equivalência patrimonial	304.974	183.909	(172)	12.557	(667.725)	31.641	21.262	21	(113.533)
Reversão de dividendos prescritos	163	-	-	-	-	-	-	-	163
Dividendos e juros sobre capital próprio	(230.310)	(159.582)	-	-	-	(25.612)	-	-	(415.504)
Dividendos propostos - controladas	(69.914)	(57.965)	-	-	-	(7.347)	-	-	(135.226)
Ganho (perda) nos investimentos	(4.962)	-	(132)	-	(134.538)	1.203	(22.170)	-	(160.599)
Saldo em 31 de dezembro de 2007	373.900	1.395.378	37	-	(17.843)	147.487	58.808	8.685	1.966.452
Equivalência patrimonial	161.260	275.704	(5)	-	(127.625)	15.370	12.311	(2.974)	334.041
Dividendos	(89.252)	-	-	-	-	-	-	-	(89.252)
Ganho (perda) nos investimentos	(1.833)	-	-	-	1.806	-	-	-	(27)
Saldo em 30 de junho de 2008	444.075	1.671.082	32	-	(143.662)	162.857	71.119	5.711	2.211.214

Movimentação do ágio:	Tietê	AES Elpa	Tietê Holdings	Tietê Particip.	Uruguaiana	Eletropaulo	Infoenergy	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2006	996.289	631.815	77.992	-	(232.723)	36.030	(11.130)	1.498.273
Transferência de ativos	-	-	(77.763)	77.763	-	-	-	-
Incorporação da Tietê Participações em 30/09/2007	73.478	-	-	(73.478)	-	-	-	-
Incorporação da Tietê Participações em 30/09/2007	30.072	-	-	-	-	-	-	30.072
Amortização do ágio	(79.337)	(29.396)	(10)	(4.285)	-	(1.677)	-	(114.705)
Baixa do deságio (vide nota 18 (1))	-	-	-	-	232.723	-	-	232.723
Saldo em 31 de dezembro de 2007	1.020.502	602.419	219	-	-	34.353	(11.130)	1.646.363
Amortização do ágio	(42.273)	(14.698)	(9)	-	-	(837)	-	(57.817)
Saldo em 30 de junho de 2008	978.229	587.721	210	-	-	33.516	(11.130)	1.588.546

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O ágio, líquido da amortização acumulada, apurado na data de aquisição, fundamentado como rentabilidade futura, está sendo amortizado de forma não linear pelo prazo remanescente do contrato de concessão das controladas, de acordo com a projeção dos seus resultados futuros, aprovada pela ANEEL. No consolidado o ágio e deságio, foram reclassificados para o ativo diferido.

Conforme descrito na nota explicativa 3 g, a Administração da Controlada Eletropaulo decidiu pela manutenção do saldo da reavaliação..

Participações societárias permanentes

Os investimentos em controladas são compostos por:

- a) A AES Elpa S.A. (Elpa) está constituída como uma sociedade por ações e tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista, quotista ou membro de consórcio. A Elpa detém 30,97% do capital da controlada Eletropaulo e 99,99% do capital da AES Communications.
- b) A AES Tietê S.A. (Tietê), Companhia de capital aberto, está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, tendo o contrato de concessão assinado em 20 de dezembro de 1999 com prazo de duração de 30 anos.

Conforme determinado no Edital de Privatização da Tietê, o detentor do bloco de controle da Tietê estará obrigado solidariamente em relação à Companhia, de forma irrevogável e irretroatável, a expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração, em no mínimo 15%, até dezembro de 2007. A expansão se dará através da construção e novos empreendimentos ou pela contratação de energia de terceiros proveniente de novos empreendimentos construídos no Estado de São Paulo, por prazo superior a 5 anos.

Tendo em vista as modificações havidas na regulamentação do setor de energia elétrica no Brasil, a Tietê vem diligenciando junto às autoridades competentes, com o objetivo de rever a obrigação de expansão para readequá-la à nova realidade setorial/regulamentar.

O assunto está, atualmente, sob análise do Governo do Estado de São Paulo, e a controlada Tietê tem comparecido a todas as reuniões e prestado todos os esclarecimentos que lhe são solicitados. Em 26 de dezembro de 2007, a controlada Tietê recebeu da ANEEL um Ofício informando que o processo está sendo instruído no sentido de permitir uma prorrogação do prazo para expansão da capacidade do sistema de geração da controlada Tietê até dezembro de 2010, de acordo com pedido do Governo do Estado de São Paulo.

Em 10 de junho de 2008, a controlada Tietê enviou resposta à Aneel, na qual solicitou prazo de 12 meses para concluir estudos visando a identificar as alternativas existentes para o cumprimento da obrigação de expansão, bem como a prorrogação do prazo para cumprimento da referida obrigação, conforme o resultado de tais estudos.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- c) A AES Tietê Holdings S.A. (TH) é uma sociedade regida pelas leis das Ilhas Cayman e detinha 99,99% do capital social da TP e da TE e o 0,01% restante é detido pela TH II.

Em 21 de maio de 2001, a TP adquiriu ações ordinárias correspondentes a 4,98% do capital social da controlada Tietê. Em 25 de fevereiro de 2005, em decorrência do aumento de capital, pela TE (incorporada pela Brasileira em dezembro de 2006), na controlada Tietê, a TP diminuiu a sua participação para 4,8%. Em 12 de abril de 2005, a TP, no exercício de seu direito de subscrição das ações emitidas pela controlada Tietê, inicialmente integralizadas em favor da TE, adquiriu 1.258.162 ações preferenciais e 79.232.905 ações ordinárias, e possibilitou a recomposição da participação acionária da TP na controlada Tietê de 4,8% para 4,98%.

Em 28 de dezembro de 2006, a controlada TH, resolveu transferir parcela de seus ativos aos acionistas. Esses ativos correspondiam à participação detida na AES Tietê Empreendimentos S.A. (TE), no valor de R\$ 646.139, na data-base 31 de outubro de 2006. Dessa forma, a Companhia passou a deter controle direto na TE a partir de 28 de dezembro de 2006.

Em 31 de dezembro de 2006, a Companhia decidiu incorporar a TE de forma a absorver todos os seus direitos e obrigações, sem entretanto alterar o capital social da Companhia. O balanço utilizado para essa incorporação teve como data-base 31 de outubro de 2006, e os eventos incorridos entre essa data e 31 de dezembro de 2006 foram absorvidos pela Companhia.

Em 22 de março de 2007, a TH resolveu transferir parcela de seus ativos aos acionistas. Esses ativos correspondiam à participação detida na AES Tietê Participações S.A., no valor de R\$ 88.752, na data-base 31 de dezembro de 2006. Dessa forma, a Companhia passou a deter controle direto na TP a partir dessa data.

Em 27 de setembro de 2007, em Assembléia Geral Extraordinária realizada pela Companhia, TP e Tietê, foi aprovada a cisão parcial da TP com subsequente incorporação da parcela cindida, no valor de R\$ 32.012 pela Companhia, e a incorporação da parcela remanescente no valor de R\$ 39.323 pela Tietê. A parcela incorporada pela Tietê está representada pelo investimento detido pela TP na Tietê, o correspondente ágio e o ativo fiscal diferido sobre a parcela já amortizada. As ações da Tietê detidas pela TP foram canceladas e reemitidas em favor da Companhia. Os demais ativos e passivos da TP foram incorporados pela Companhia.

- d) A AES IHB é uma empresa constituída com a finalidade de captar recursos para a aquisição das ações da AES Tietê S.A., adquiridas através de leilão pela AES Tietê Empreendimentos S.A. e pela AES Tietê Participações S.A. A IHB está em processo de encerramento de suas atividades, restando apenas a conclusão de trâmite burocrático.
- e) AES Uruguiana, Inc. é uma sociedade regida pelas leis das Ilhas Cayman e detém 99,99% do capital social da Uruguiana e o 0,01% restante é detido pela AES International Holdings II, Ltd. Em 31 de dezembro de 2007, conforme descrito na nota explicativa nº. 16, a controlada indireta Uruguiana S.A. registrou provisões para redução ao provável valor de realização dos ativos de longo prazo, no montante de R\$ 579.206, e para perdas em contratos onerosos no montante de R\$ 32.651.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- f) A controlada Eletropaulo é uma companhia de capital aberto de direito privado, cujo controle acionário é exercido pela iniciativa privada desde 15 de abril de 1998, autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Energia Elétrica principalmente para a distribuição de energia elétrica na maior parte da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

O prazo de duração da concessão é de 30 anos, conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº. 162/98, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº. 72, de 25 de março de 1998).

A controlada Eletropaulo registrou em junho de 2007 nova reavaliação de ativos no montante de R\$1.128.336, líquido dos efeitos tributários, na conta reserva de reavaliação no patrimônio líquido. Em consequência, a Companhia registrou reavaliação reflexa, na conta de investimentos, no montante de R\$ 393.463. Em 31 de março de 2008, o saldo da reserva de reavaliação reflexa é de R\$ R\$ 381.180 (R\$ 385.345 em 31 de dezembro de 2007).

- g) Em atendimento à determinação efetuada pela ANEEL, a controlada Eletropaulo efetuou em 15 de setembro de 2005, a transferência acionária, através de contrato de compra e venda de quotas (valor contábil registrado em julho de 2005 de R\$ 42.998), para a AES Transgás Empreendimentos S.A. (atualmente Companhia Brasileira de Energia, após processo de incorporação finalizado em outubro de 2006).

O referido contrato de compra e venda, entre outras, incluí as seguintes principais condições:

- A dívida assumida pela Companhia junto à controlada Eletropaulo no valor de R\$ 42.998, não sofrerá qualquer tipo de atualização;
- Eventuais dividendos que venham a ser pagos pela Eletropaulo Telecomunicações serão integralmente repassados à controlada Eletropaulo;
- Eventuais resultados apurados quando da alienação desse investimento pela Companhia, também serão integralmente repassados à controlada Eletropaulo.

Referida operação foi deliberada e aprovada pelo Conselho de Administração da controlada Eletropaulo em 15 de setembro de 2005 e anuída pela ANEEL através do despacho nº 1.363, de 28 de setembro de 2005.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2008, não houve qualquer efeito reconhecido no resultado da controlada Eletropaulo, decorrente dessa operação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, foram registrados os efeitos dos dividendos declarados naquele exercício no montante de R\$ 22.170.

A Eletropaulo Telecomunicações Ltda. é um sociedade por quotas de responsabilidade limitada constituída em 1998, com o objetivo de: a) prestar serviços de telecomunicações em geral por quaisquer meios disponíveis; b) prestar serviços técnicos, de consultoria e de manutenção; e c) participar em outras sociedades como sócia acionista ou quotista.

- h) A AES Infoenergy Ltda. é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com o objetivo de comercializar energia elétrica de acordo com as normas vigentes

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

no setor de energia elétrica e regras de mercado da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

14. Imobilizado e Intangíveis

- a) Em 30 de junho e em 31 de março de 2008, a composição do imobilizado e intangíveis é como segue:

Descrição	Consolidado					Total 30/06/08	Total 31/03/08
	Distribuição	Geração	Comercialização	Administração	Atividades Não Vinculadas Sistema Trólebus e outros		
Em serviço:							
Custo histórico	7.346.046	3.626.008	34.406	206.037	290.332	11.502.829	11.406.456
Reavaliação	2.878.041	-	7.946	20.659	22.154	2.928.800	2.932.775
Custo	10.224.087	3.626.008	42.352	226.696	312.486	14.431.629	14.339.231
Depreciação e amortização acumuladas:	(3.621.335)	(1.976.069)	(15.116)	(124.131)	(124.855)	(5.861.506)	(5.779.418)
Total em serviço	6.602.752	1.649.939	27.236	102.565	187.631	8.570.123	8.559.813
Em curso	194.782	54.722	2.032	7.409	10.030	268.975	251.069
Obrigações especiais	(532.856)	(4.781)	-	-	-	(537.637)	(526.567)
Provisão para redução ao valor de realização (nota 16)	-	(508.519)	-	-	-	(508.519)	(472.397)
Total imobilizado	6.264.678	1.191.361	29.268	109.974	197.661	7.792.942	7.811.918
Total intangíveis (*)	29.625	1.184	155.261	27.791	-	213.861	226.143

(*) Composto basicamente por "Faixas de Servidão" e "Direitos de Uso de Software".

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O ativo imobilizado do segmento "distribuição", pertencente à controlada Eletropaulo, está registrado ao custo de aquisição ou de construção, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, acrescidos do valor da reavaliação. Os demais ativos, principalmente de geração, estão registrados ao custo de aquisição ou de construção, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, por categoria de bem, às taxas anuais que variam entre 2,50% e 4,00% para edificações, obras civis e benfeitorias; 2,44% e 7,70% para máquinas e equipamentos relacionados com as linhas e redes de distribuição, de sub-transmissão e subestações; e 10,00% e 20,00% para os demais equipamentos.

b) Registro de mais-valia (reavaliação) dos bens do ativo imobilizado

Em reunião realizada em 13 de julho de 2007, o Conselho de Administração da Eletropaulo apreciou e aprovou o Laudo de Reavaliação elaborado pela Avex, o qual apurou, para a data-base de 31 de março de 2007, um acréscimo do valor do ativo imobilizado da controlada Eletropaulo da ordem de R\$ 1.537.270.

O laudo de reavaliação foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária da controlada Eletropaulo realizada em 31 de julho de 2007 efetivando, dessa forma, a reavaliação de ativos, mediante o registro contábil em 30 de junho de 2007 do acréscimo do valor do ativo imobilizado da controlada Eletropaulo em R\$ 1.537.270, em contrapartida ao aumento da conta de Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido da controlada Eletropaulo em R\$ 1.128.336 e constituição de Imposto de Renda Diferido (Passivo) de R\$ 408.934.

c) Dos bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução ANEEL nº. 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

d) Obrigações especiais vinculadas à concessão

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam valores relativos à participação financeira recebida dos consumidores pela controlada Tietê, destinados ao atendimento de pedido de fornecimento de energia, bem como doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O saldo na controlada Tietê é originário do processo de sua criação quando da cisão de companhia precedente, mantendo este saldo inalterado desde então. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado			30.6.08
	31.3.08	Adições/ (Baixas)	Amortização	
<u>Em Serviço</u>				
Participação financeira do consumidor	423.431	11.195	(5.605)	429.021
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	15.800	1.890	(188)	17.502
Eficiência Energética	2.875	-	(177)	2.698
Doações e Subvenções para Investimento	47.022	-	(601)	46.421
Participação União, Estados e Municípios	8.186	-	(104)	8.082
Outros	5.064	363	(70)	5.357
	<u>502.378</u>	<u>13.448</u>	<u>(6.745)</u>	<u>509.081</u>
<u>Em Curso</u>				
Participação financeira do consumidor	7.536	-	-	7.536
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	5.483	354	-	5.837
Eficiência Energética	3.611	1.402	-	5.013
Doações e Subvenções para Investimento	1.234	649	-	1.883
Participação União, Estados e Municípios	1.544	1.849	-	3.393
	<u>19.408</u>	<u>4.254</u>	<u>-</u>	<u>23.662</u>
Total Distribuição	521.786	17.702	(6.745)	532.743
Total Geração	4.781	-	-	4.781
Total Geral	<u>526.567</u>	<u>17.702</u>	<u>(6.745)</u>	<u>537.524</u>

A taxa média de amortização das obrigações especiais na controlada Eletropaulo é de 5,01%, e foi apurada levando-se em consideração as unidades de cadastro da atividade de distribuição.

e) Acidente ocorrido na Unidade Geradora 2 da controlada Uruguaiana

Em 13 de outubro de 2007, nos testes efetuados pela equipe de manutenção na unidade geradora 2, responsável pela geração de aproximadamente 30% da energia produzida pela usina, foi detectado desvio significativo nos parâmetros de combustão. Desta forma, após avaliação da área técnica da usina, foi determinada a suspensão das operações desta unidade. Após análise da unidade geradora foram verificados danos na seção de combustão e no último conjunto de compressores (vanes).

Após reuniões entre a controlada Uruguaiana e a fornecedora das unidades geradoras, foram identificadas as partes e peças a serem substituídas. Essas partes e peças no valor de R\$ 33.131 foram baixadas do ativo permanente em contrapartida ao resultado não operacional em novembro e dezembro de 2007. Adicionalmente, em 2008 a Uruguaiana incorreu em investimentos relacionados com a unidade geradora 2 no valor de R\$ 23.313 e despesas com desmontagem e transporte de equipamentos no valor de R\$ 5.793.

A companhia seguradora está analisando as causas do acidente e está aguardando o relatório de análise da fornecedora da unidade geradora. Apesar da controlada Uruguaiana haver recebido à título de adiantamento o valor de R\$ 24.427, em junho de 2008, tal valor encontra-se registrado no grupo de passivo circulante, sob a rubrica “adiantamento de seguro”, sendo que o registro de eventual ressarcimento da seguradora será efetuado somente quando houver um comunicado formal estabelecendo os valores a serem ressarcidos e o prazo para seu recebimento.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15. Diferido

	Consolidado	
	30/6/08	31/3/08
Ágio na aquisição dos investimentos (a) (*)	2.494.661	2.534.448
Outras:		
Despesas pré-operacionais (b)	140.992	160.519
(-) Amortização acumulada (b)	(33.952)	(45.449)
Subtotal	107.040	115.070
Outras (c)	10.541	8.482
(-) Amortização acumulada (c)	(2.677)	(2.481)
Subtotal	7.864	6.001
Provisão para redução ao provável valor de realização (vide nota 16)	(67.124)	(77.795)
Total	2.542.441	2.577.724

(*) Conforme descrito na nota explicativa nº 13, o ágio na aquisição do investimento está sendo apresentado no ativo diferido, no balanço consolidado.

(a) Ágio (deságio) na aquisição dos investimentos - o ágio (deságio) na aquisição dos investimentos está composto da seguinte forma:

	Consolidado	
	30/6/08	31/3/08
Controlada:		
Tietê	978.229	998.758
Elpa	587.721	595.070
Tietê Holdings	210	215
Eletropaulo	33.516	33.934
Infoenergy	(11.130)	(11.130)
Subtotal (1)	1.588.546	1.616.847
Elpa - ágio na aquisição do investimento na Eletropaulo (2)	906.115	917.601
Total	2.494.661	2.534.448

(1) Os ágios apurados pela Companhia na aquisição dos investimentos na Elpa, Tietê Holdings, Uruguaiana Inc. e Eletropaulo foram decorrente do processo de reestruturação societária do Grupo AES com o Sistema BNDES e têm como fundamento econômico a rentabilidade futura pelo prazo dos contratos de concessão das controladas Eletropaulo, Tietê e Uruguaiana. O ágio apurado na controlada Tietê é decorrente da aquisição das ações efetuadas pela Companhia em 2001 e pelas incorporações das controladas TE e TP, que haviam adquirido as ações da Tietê no leilão de privatização ocorrido em 1999. Esse ágio está sendo amortizado pelo prazo remanescente dos contratos de concessão dessas controladas.

O deságio, originalmente apurado quando da aquisição do investimento na Controlada Uruguaiana Inc., foi integralmente revertido contra o resultado desse exercício, uma vez que a Administração da Companhia entende ter havido o perecimento econômico do investimento devido às dificuldades operacionais pelas quais vem passando a controlada indireta Uruguaiana S.A. Resultaram, inclusive na necessidade de registro por aquela controlada indireta de provisões para redução ao provável valor de realização de seus ativos de longo prazo e cobertura de perda com contratos onerosos, conforme descrito nas notas no. 1 e 16.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (2) A Elpa adquiriu, em 22 de abril de 1998, 74,88% do capital votante (29,80% do capital total) da controlada Eletropaulo, distribuidora de energia elétrica que atende a 24 municípios e a uma área de 4.526 km². A compra foi executada em leilão de privatização pelo valor de R\$ 2.026.732, apurando-se ágio no montante de R\$ 1.378.394, o qual tem como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura pelo prazo de concessão.
- (b) Despesas pré-operacionais - referem-se, principalmente, aos gastos incorridos pela controlada Uruguaiana com o projeto e a construção de duas linhas de transmissão e adequação em subestações de propriedade da CEEE, que foram diferidos e estão sendo amortizados ao resultado, de forma linear, pelo prazo do contrato de comercialização de potência e energia elétrica de 20 anos, uma vez que esses gastos são recuperados através do faturamento da potência assegurada.
- Essa rubrica inclui, também, as despesas líquidas na fase de comissionamento da controlada Uruguaiana, as quais se referem, basicamente, aos gastos efetuados com a compra e o transporte de gás natural e óleo para a operação da usina durante o período de testes entre 1º de junho e 12 de dezembro de 2000 que estão sendo amortizados pelo prazo de 20 anos.
- (c) Custos incorridos na construção de proteções de pilares para pontes e de canais hidroviários, decorrentes dos compromissos assumidos na aquisição da Tietê no processo de privatização. Esses valores estão sendo amortizados pelo prazo remanescente do contrato de concessão da Tietê.

16. Provisões para Redução ao Provável Valor de Recuperação de Ativos e para Perdas com Contratos Onerosos

Conforme comentado na nota explicativa 1, a controlada indireta Uruguaiana, por força de contrato com seus clientes, e em consequência das dificuldades operacionais que vêm enfrentando, principalmente relacionadas ao fornecimento de gás, vê-se obrigada a adquirir a energia necessária para cumprir as obrigações com seus clientes, através de contratos bilaterais e/ou compra de energia no mercado de curto prazo. O preço de novos contratos bilaterais de compra de energia é baseado, normalmente, no preço de mercado acrescido de um prêmio. Os contratos firmados pela controlada indireta Uruguaiana possuem vencimento em dezembro de 2008 sendo o preço médio praticado no primeiro semestre de 2008 de R\$115,42/MWh. Em junho de 2008, o mercado de curto prazo apresentou quedas nos preços praticados, chegando a 77,07 MWh, o que demonstra uma tendência à regularização das operações de compra e venda neste mercado. Entretanto, a controlada indireta Uruguaiana continua apresentando dificuldades em firmar novos contratos de compra de energia de longo prazo em virtude da atual falta de energia disponível no mercado.

No 1º semestre de 2008 houve uma redução no preço da energia no mercado de curto prazo para R\$ 168,98/MWh, entretanto a controlada Uruguaiana tem encontrado dificuldades em firmar contratos bilaterais de longo prazo para comprar energia.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIANA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Administração da controlada indireta Uruguaiana entende que esses fatores, em conjunto com as projeções de pouca disponibilidade de energia para ser comercializada através de contratos bilaterais, trarão impacto negativo significativo nos seus resultados e fluxos de caixa futuros, determinando, portanto, a necessidade de uma análise sobre a recuperabilidade dos seus ativos não-circulantes, assim como o registro de provisão para cobrir perdas esperadas no cumprimento das condições dos contratos de fornecimento assinados com seus clientes.

Assim, a Administração da controlada indireta Uruguaiana decidiu usar a técnica de múltiplos cenários de fluxo de caixa, baseada nas melhores informações e suposições disponíveis atualmente, para determinar o "valor de uso" de seus ativos de longo prazo, assim como da provisão para contratos onerosos.

As premissas utilizadas pela Administração da controlada indireta Uruguaiana S.A. na elaboração dos cenários para determinar cada um dos fluxos de caixa são as seguintes:

- a) A compra de energia bilateral é considerada muito difícil de ser conseguida devido à baixa liquidez de energia no mercado. Isto foi evidenciado em dezembro de 2007 quando a Uruguaiana S.A. realizou uma licitação pública para adquirir 80MW para 2008 e conseguiu comprar apenas 1MW.
- b) A planta da Uruguaiana S.A. é considerada chave para a estabilidade do sistema elétrico devido a sua localização estratégica. Adicionalmente, a energia produzida pela planta representa mais do que 10% da capacidade total do estado do Rio Grande do Sul. Devido à relevância da usina para o sistema elétrico brasileiro, há discussões entre os governos brasileiro e argentino e agentes, a fim de tornar o gás disponível para a planta da Uruguaiana S.A.
- c) Apesar da relevância da planta e de todos os esforços dos agentes e governo brasileiro em tornar o gás disponível para a Uruguaiana S.A., a crise de energia na Argentina pode se agravar e a distribuição de gás ser consideravelmente reduzida. Num cenário pessimista, nenhum gás seria distribuído durante os próximos anos. Considerando o fornecimento atual de gás durante 2004-2007 e a importância da planta de Uruguaiana para o sistema elétrico brasileiro, é razoável esperar que certa quantidade de gás estará disponível para a controlada indireta durante os próximos anos.
- d) As variações nas expectativas de disponibilidade de gás e na possibilidade de compra de energia atribuídas para a elaboração de cada um dos múltiplos cenários e suas respectivas probabilidades representam a melhor estimativa da Administração, diante das informações disponíveis à época da avaliação da recuperabilidade de seu ativo imobilizado e outros ativos e passivos relacionados.

A Administração da Uruguaiana S.A. não considerou a possibilidade de mover a planta para outra região, para firmar contratos com outros fornecedores de gás ou de vendê-la a outra companhia, porque isso implicaria na quebra de contratos de fornecimento de gás e de venda de energia. A quebra destes contratos envolveria um valor estimado mínimo de R\$ 1.415 milhões. Além disso, haveria os custos adicionais relacionados à desmontagem, transporte, montagem da planta em outra localidade, obtenção de todas as licenças ambientais necessárias e autorizações regulatórias.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O cálculo do fluxo de caixa operacional gerado, até o limite das disponibilidades de recursos nos cenários considerados, leva em consideração "as despesas futuras necessárias para manter as operações existentes" (isto significa Despesas com Investimento para Aquisição de Imobilizado no período sob a análise), e não inclui nenhum valor relacionado com a venda de imobilizado ou da planta como um todo quando do término da concessão.

Considerando que em nossa estimativa usamos a média ponderada de múltiplos cenários de fluxos de caixa, consideramos que todos os riscos associados aos ativos foram incluídos na média ponderada desses cenários e, conseqüentemente, a taxa de desconto utilizada é uma taxa de juros livre de risco ou seja de 8,01%.

Segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, a provisão para redução ao valor de recuperação dos ativos deve ser registrada se um valor contabilizado dos ativos imobilizado e correlacionados ao ativo imobilizado e outros ativos e passivos relacionados, particularmente ativo diferido, excede o resultado do fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa, ponderados nos diversos cenários acima descritos, e que levou em consideração a utilização dos ativos de longo prazo da controlada Uruguaiana Inc. e controlada indireta Uruguaiana S.A., resultaram em uma expectativa de fluxo de caixa total negativo de R\$32.651 em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, concluiu-se pelo registro de provisão para redução ao provável valor de realização desses ativos, complementado pelo reconhecimento de provisão para perdas esperadas nos contratos, conforme segue:

	Saldo da Provisão em 31/12/07	Movimento	Saldo da Provisão em 30/6/08
Direito de uso de gás natural (Nota 10)	(45.354)	4.646	(40.708)
Imobilizado (Nota 14)	(454.888)	(53.631)	(508.519)
Diferido (Nota 15)	(78.964)	11.840	(67.124)
Total da provisão para redução ao valor provável de realização de ativos	(579.206)	(37.145)	(616.351)
Provisão para perdas com contratos onerosos	(32.651)		(32.651)
Total das provisões	(611.857)	(37.145)	(649.002)

Os estudos de fluxos de caixa utilizados para estimativa das provisões acima descritas, foram revistos quando da elaboração das informações trimestrais de 30 de junho de 2008, sendo que não foi identificada a necessidade de proceder ajustes significativos nos valores atualmente contabilizados.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17. Fornecedores

A composição das contas “Fornecedores - suprimento e fornecimento”, “Transmissão de energia elétrica” e “Materiais e serviços” é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/6/08	31/3/08	30/6/08	31/3/08
Circulante:				
Suprimento:				
Itaipu - repasse (Eletrobrás)	-	-	135.630	148.016
Contratos bilaterais	-	-	69.767	56.668
Energia no curto prazo - CCEE	-	-	16.333	24.169
Energia livre	-	-	19.036	19.036
Uso e conexão de rede básica	-	-	76.144	76.142
Encargos do serviço do sistema - ESS - CCEE	-	-	37.553	43.610
Conexão à rede	-	-	5.795	5.808
Transmissão	-	-	16.733	16.685
Uso do sistema de distribuição – EBE	-	-	5.232	5.215
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD geração	-	-	116.003	91.381
Leilão – CCEAR	-	-	140.724	139.209
Operador Nacional do Sistema - ONS	-	-	2.457	2.438
Total de suprimento e transmissão	-	-	641.407	628.377
Fornecimento de gás - Sulgás	-	-	25.411	95.524
Materiais e serviços	368	387	84.115	80.220
Total	368	387	750.933	804.121
Não Circulante				
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSDgeração	-	-	38.931	46.628
Energia no curto prazo - CCEE	-	-	70.887	70.887
Total	-	-	109.818	117.515
Total Geral	368	387	860.751	921.636

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18. Tributos e Contribuições Sociais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/08	31/03/08	30/06/08	31/03/08
Circulante:				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	-	-	255.983	230.252
Contribuição social – Cofins	3.062	3.062	46.925	60.414
Contribuição social – PIS	665	645	10.206	13.093
Imposto de renda – corrente	-	-	267.118	144.087
Contribuição social	-	-	98.069	49.468
Imposto de renda – subsidiária no exterior	70.524	69.145	70.524	69.145
Contribuição social – subsidiária no exterior	25.029	24.540	25.029	24.540
Parcelamento – CSLL	-	-	2.276	2.231
Parcelamento – IRPJ	-	-	2.714	2.661
Parcelamento – PIS	-	-	72.741	71.179
Outros	107	128	12.608	17.777
Total	99.387	97.520	864.193	684.847
Não Circulante:				
Parcelamento – CSLL	-	-	2.086	2.603
Parcelamento – IRPJ	-	-	2.488	3.105
Parcelamento – PIS	-	-	72.326	88.559
Imposto de renda – variação cambial	-	-	60.851	44.037
Contribuição social – variação cambial	-	-	21.907	15.853
Outros	-	-	3.117	3.159
Total	-	-	162.775	157.316

ICMS: refere-se principalmente ao valor apurado sobre o faturamento das receitas de operações com energia elétrica.

PIS - refere-se a débito correspondente às alterações promovidas pela Lei nº 9.715/98, cujo montante foi homologado pelo Fisco e está sendo pago através de parcelamento.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19. Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Encargos de Dívidas

- a) O saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures, dívidas com pessoas ligadas e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30/6/08	31/3/08	30/6/08	31/3/08
Encargos de dívidas:				
Moeda estrangeira	-	-	2	21
Moeda nacional	12.470	37.255	109.890	96.645
Subtotal	12.470	37.255	109.892	96.666
Empréstimos e financiamentos:				
<u>Circulante:</u>				
Empréstimos e financiamentos:				
Moeda estrangeira	-	-	18.717	20.565
Moeda nacional	-	-	235.141	221.460
Subtotal	-	-	253.858	242.025
<u>Não circulante:</u>				
Empréstimos e financiamentos:				
Moeda estrangeira	-	-	9.452	20.656
Moeda nacional	-	-	1.921.484	1.931.958
	-	-	1.930.936	1.952.614
Debêntures:				
Moeda nacional	800.000	800.000	1.850.000	1.850.000
Subtotal	800.000	800.000	3.780.936	3.802.614
Total geral	812.470	837.255	4.144.686	4.141.305

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) O saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures, dívidas com pessoas ligadas e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:--Continuação

Moeda estrangeira:		Consolidado - 30/6/08				
Instituições financeiras/credores	Vencimento do principal	Moeda	Remuneração (% a.a.) (*)	Encargos R\$	Circulante R\$	Não circulante R\$
Consolidado:						
Banco do Brasil S.A. (Lei nº 7.976/89)	2009	US\$	L+0.8125	-	18.693	9.347
Secretaria do Tesouro Nacional - STN - Resolução nº 96/93 - Brazil Investment Bonds	2013	US\$	6	2	24	105
Total - empréstimos e financiamentos				2	18.717	9.452

Moeda estrangeira:		Consolidado - 31/3/08				
Instituições financeiras/credores	Vencimento do principal	Moeda	Remuneração (% a.a.) (*)	Encargos R\$	Circulante R\$	Não circulante R\$
Consolidado:						
Banco do Brasil S.A. (Lei nº 7.976/89)	2009	US\$	L+0.8125	21	20.539	20.539
Secretaria do Tesouro Nacional - STN - Resolução nº 96/93 - Brazil Investment Bonds	2013	US\$	6	-	26	117
Total - empréstimos e financiamentos				21	20.565	20.656

(*) L = Libor e TMO = Taux du Marche Obligataire.

Moeda nacional:		Consolidado - 30/06/08			
Instituições financeiras/credores	Vencimento do principal	Remuneração (% a.a.)	Encargos R\$	Circulante R\$	Não circulante R\$
Consolidado:					
Empréstimos e financiamentos:					
Eletrobrás – Tietê	2013	IGP-M + 10	5.243	211.334	1.070.536
Reluz – Eletrobrás	2009	5	-	11.777	2.944
Euro Real Bonds	2010	19.125	50.369	-	474.060
Cêdulas de crédito bancário CCB	2013	CDI+1.2	5.194	-	300.000
Contratos de leasing			-	12.030	73.944
Outros	2006		275	-	-
Total - empréstimos e financiamentos			61.081	235.141	1.921.484
Debêntures:					
Debêntures – 9ª. Emissão	2018	CDI+ 1,75	11.489	-	250.000
Debêntures – 10ª. Emissão	2013	CDI +0,90	20.619	-	600.000
Debêntures – 11ª. Emissão	2018	CDI + 1,75	4.231	-	200.000
Debêntures – Brasileira	2016	CDI+2.25	12.470	-	800.000
Total – debêntures			48.809	-	1.850.000
Total geral			109.890	235.140	3.771.484

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Moeda nacional:

<u>Instituições financeiras/credores</u>	<u>Vencimento do principal</u>	<u>Remuneração (% a.a.)</u>	<u>Consolidado - 31/03/08</u>		
			<u>Encargos</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
<u>Consolidado:</u>			<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>Empréstimos e financiamentos:</u>					
Eletróbrás – Tietê	2013	IGP-M + 10	4.884	196.569	1.078.900
Reluz – Eletróbrás	2009	5	-	11.649	5.944
Euro Real Bonds	2010	19.125	24.465	-	474.060
Cédulas de crédito bancário CCB	2013	CDI+1.2	13.544	-	300.000
Contratos de leasing			-	13.242	73.054
Outros	2006		275	-	-
Total - empréstimos e financiamentos			43.168	221.460	1.931.958
<u>Debêntures:</u>					
Debêntures – 9ª. Emissão	2018	CDI+ 1,75	3.426	-	250.000
Debêntures – 10ª. Emissão	2013	CDI +0,90	2.726	-	600.000
Debêntures – 11ª. Emissão	2018	CDI + 1,75	10.070	-	200.000
Debêntures – Brasileira	2016	CDI+2.25	37.255	-	800.000
Total – debêntures			54.477	-	1.850.000
Total geral			96.645	221.460	3.781.958

- b) Em 30 de junho de 2008, as parcelas relativas ao principal de empréstimos, financiamentos e debêntures classificadas no longo prazo têm os seguintes vencimentos:

	<u>Em moeda estrangeira</u>		<u>Em moeda nacional</u>	
	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
	<u>US\$ mil</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
2009	5.879	9.359	-	119.781
2010	15	24	-	775.197
2011	14	22	-	524.201
2012	15	24	-	552.910
2013	15	24	-	386.447
2014 -2016	-	-	-	1.156.993
Após 2016	-	-	800.000	255.955
	5.938	9.453	800.000	3.771.484

- c) Composição dos empréstimos em moeda nacional por indexador

	<u>Moeda nacional</u>
CDI	2.150.000
IGP-M	1.070.536
Taxa fixa	447.004
Outros	73.944
	3.741.484

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20. Provisões para Litígios e Contingências

	Controladora			
	Provisões		Depósitos Judiciais	
	30/06/08	31/03/08	30/06/08	31/03/08
CPMF	4.076	4.076	4.076	4.076
Total Não Circulante	4.076	4.076	4.076	4.076

	Consolidado			
	Provisões		Depósitos Judiciais	
	30/06/08	31/03/08	30/06/08	31/03/08
Trabalhista (a)	431.315	414.747	382,846	340.304
PIS/Cofins (b)	967.031	1.146.040	55,568	55,945
Plano Cruzado - reajuste de tarifa (c)	69.866	69.419	-	-
Processos cíveis (d)	59.959	60.005	35,556	37.037
Perda no repasse da energia de Itaipu (e)	4.969	7.034	-	-
Processos administrativos – prefeituras (f)	2.090	3.916	-	-
Processos fiscais (g)	4.076	4.076	111,332	73,303
Outros	64.723	60.817	549	1.145
Total	1.604.029	1.766.054	585,851	507.734
Parcela classificada como Circulante	280.319	309.448	-	-
Passivo Não Circulante	1.323.710	1.456.606	585,851	507.734

- a) Trabalhista: os processos trabalhistas movidos por ex-funcionários da controlada Eletropaulo requerem, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade e insalubridade e equivalência salarial para o desempenho de funções similares. Em dezembro de 2007 foi concluído o trabalho de revisão das contingências trabalhistas iniciado em maio de 2006, cujo escopo consistiu na análise individual dos valores envolvidos em 100% dos processos trabalhistas ativos. Os valores dos depósitos judiciais relativos a reclamações trabalhistas são decorrentes da necessidade de constituições de depósitos judiciais correspondentes aos valores de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário, adicionados aos depósitos consignados para garantia do pleito.
- b) Pis/Cofins: a Companhia e as controladas Eletropaulo, Elpa e Tietê, amparadas por medida liminar, estão questionando a constitucionalidade das modificações do ato da autoridade legislativa nos termos da Lei nº. 9.718/98, referente aos artigos 3º. e 8º., mantendo provisionada a parcela da Cofins acrescida dos encargos referentes à majoração da alíquota de 2% para 3% e ampliação da base de cálculo. A partir de fevereiro de 2004, passaram a reconhecer e a recolher os valores da Cofins, apurados na modalidade não-cumulativa, na forma da Lei nº. 10.833, de 29 de dezembro de 2003. Recentemente o Tribunal Regional Federal julgou recurso da União Federal e da Eletropaulo e manifestou-se pela inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo desta contribuição e pela validade do aumento de alíquota. Contra tal decisão, a controlada Eletropaulo apresentou recursos.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A controlada Eletropaulo também questionou as alterações previstas na Lei nº 10.865/2004 e obteve Medida Liminar junto à Justiça Federal, que autorizou o pagamento da Cofins deduzindo da base de cálculo o crédito oriundo das despesas financeiras decorrentes de empréstimos e financiamentos, conforme disposto na Lei nº 10.833/2003, referentes aos meses de maio, junho e julho de 2004.

Os processos de PIS/Cofins da controlada AES Tietê tiveram decisão definitiva sobre os processos, sendo o aumento da alíquota julgado desfavoravelmente à Tietê e o aumento da base de cálculo julgado favoravelmente à Tietê. O processo sobre o aumento da alíquota e o do aumento da base de cálculo do PIS e Cofins, ainda estão pendentes da análise por parte do Tribunal sobre os valores dos impostos devidos e os valores depositados em juízo. A Tietê registrou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2007, a variação monetária sobre os depósitos judiciais e os valores da provisão para contingências, que resultou em uma despesa líquida de variação monetária no montante de R\$ 973. A parcela da provisão referente ao processo que discutia o aumento da alíquota da Cofins e respectivos depósitos judiciais não foram compensados em 31 de dezembro de 2007, pois a Tietê está aguardando a conclusão das análises por parte do Tribunal. A parcela da provisão correspondente à discussão do aumento da base de cálculo da Cofins, no valor de R\$ 11.425, foi revertida em setembro de 2007. Os depósitos judiciais correspondentes a essa parcela continuam registrados na conta "cauções e depósitos vinculados", em razão de ainda não ter sido autorizado o seu levantamento.

- c) Plano Cruzado - reajuste de tarifa: refere-se a processos movidos contra a controlada Eletropaulo por consumidores industriais, questionando a legalidade dos aumentos tarifários concedidos pelo DNAEE (atual ANEEL) em 1986, durante o período em que o plano econômico que estabelecia o congelamento de preços estava em vigor, de março a novembro de 1986. Foram revisados os processos e alguns tiveram seus valores alterados, amparados em decisões transitadas em julgado que extinguíram, em parte, os processos relativamente ao valor do principal. Atualmente, os processos prosseguem apenas com relação à parte controvertida, resultante da diferença de cálculo do principal apresentado pelas partes.
- d) Processos cíveis: existem processos cíveis de natureza geral. A Administração da controlada Eletropaulo, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas nesses processos.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- e) Perda no repasse da energia de Itaipu - em 23 de janeiro de 2003, a controlada Tietê obteve liminar assegurando o direito de não efetuar a compra de energia elétrica proveniente de Itaipu. Essa liminar foi cassada em 26 de setembro de 2003 e restabelecida em 30 de setembro de 2003. Em 1o. de outubro de 2004, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a liminar. Em 5 de outubro de 2004, a controlada Tietê protocolou um agravo regimental contestando a decisão do órgão de suspender a liminar. Com base neste agravo regimental, foi estabelecido o efeito "ex nunc" da decisão, ou seja, a suspensão da liminar só valerá para o futuro. Nesse sentido, os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida, foram conservados para o período de janeiro de 2003 a setembro de 2004. Considerando que não há decisão definitiva desse processo, a Administração da controlada Tietê decidiu manter o saldo dessa provisão. Em dezembro de 2004, a ANEEL emitiu Nota Técnica, alterando a distribuição das quotas de Itaipu a partir de janeiro de 2005 para o ano de 2005. A distribuição das quotas passou a ser feita somente entre as concessionárias de distribuição, ou seja, a controlada Tietê, sendo uma concessionária geradora, deixou de ser quotista de Itaipu.
- f) Processos Administrativos - prefeituras: existem processos administrativos de prefeituras municipais de natureza administrativa. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas nesses processos.
- g) Processos fiscais: existem processos fiscais de natureza geral. A Administração da controlada Eletropaulo, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas nesses processos.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Conforme preceitua o pronunciamento do Ibracon por meio da Norma e Procedimento de Contabilidade NPC 22, aprovado pela Deliberação CVM nº. 489, de 3 de outubro de 2005, seguem resumidas abaixo as discussões judiciais classificadas como de probabilidade de perdas possíveis, porém não prováveis, e portanto, ainda não registradas contabilmente, embasadas em relatórios preparados pelos consultores jurídicos da controlada Eletropaulo em 30 de junho de 2008.

Descrição da Contingência	Controlada Eletropaulo	
	Valor de Contingência Estimada	
	30.06.2008	
20.1 Eletrobrás - Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986		888.808
20.2 Ação Civil Pública - Represa Billings		512.800
20.3 IRPJ e CSLL - Dedutibilidade - Previdência Privada		1.296.452
20.4 IRPJ e CSLL - Overseas		497.803
Plano Cruzado - Reajuste de tarifa		69.866
SIEESP - Sindicato das Indústrias de Energia Elétrica SP		18.500
Enquadramento de Consumidores - Ação Civil Pública		Não determinado
Ávila, Nogueira, Miguel Neto e Aidar Advogados		Encerrado - Acordo
Revisão Tarifária - Exclusão de Valores - Contratos Bilaterais		Não determinado
Revisão Tarifária - Inclusão Benefício Fiscal		Não determinado
Abertura de Agências - Ação Civil Pública		Não determinado
Contas Vencidas 90 dias - Ação Civil Pública		Não determinado
Contas Vencidas 12 meses - Ação Civil Pública		Não determinado
Volkswagen - Ação Indenizatória		1.300
Contrato Bilateral - Eletropaulo x Tietê		Não determinado
Autuação PCLD - Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa		9.400
Overseas		Encerrado - pagamento
Neogama		0.440
Ação Civil Pública Plano Cruzado - ASSOBRAE		Não determinado
COSIP - repasse		1.550
Ação Popular - Maruzan Conrado		13.890
Baixa Renda - Ação Civil Pública		Não determinado
Ação Civil Pública Plano Cruzado - ANDEC		Não determinado
Anulação Termo de Confissão de Dívida - Santo André		Não determinado
DER - Remanejamento de postes		Não determinado
Ecovias - Remanejamento de postes		Não determinado
Ecovias - Uso do solo		Não determinado
AIT		94.760
Ação Civil Pública - City Boaçava		Não determinado
Ação Civil Pública - ETD Panorama		Não determinado
Cofins - Lei nº. 10.865/2004 - despesas financeiras		17.733
Recolhimento do FGTS		67.364
PASEP - Suspensão de Exigibilidade		36.458
FGTS - Moradia		8.024
NFLDs - Execuções Fiscais		6.921
CPMF - Operações Simbólicas		6.849
CSLL - Base Negativa		84.743
Execuções Fiscais Municipais - Diversas		52.409

01897-0 COMPANHIA BRASILEIANA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controlada Tietê
	Valor de Contingência Estimada
Descrição da Contingência	30.6.2008
Processos ambientais	Não determinado
Ação Popular para rescisão/cancelamento da concessão	Não determinado

	Controlada Uruguaiana
	Valor de Contingência Estimada
Descrição da Contingência	30.6.2008
Registro de energia na CCEE no período de 20 de maio a 15 de junho 2001.	49.000

Seguem abaixo os “disclosures” apenas daquelas discussões judiciais que em relação às informações prestadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2007 sofreram alteração em seu status:-

20.1 Eletrobrás - Contrato de Financiamento

Em 1989, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) ajuizou Ação de Cobrança na 5ª. Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro contra a Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A (“EEDSP”), sob a alegação de diferenças na metodologia de correção monetária aplicada ao contrato de financiamento firmado entre as partes acima mencionadas em 1986. Em abril de 1999, a 5ª. Vara Cível decidiu favoravelmente à Eletrobrás e, em Setembro de 2001, a Eletrobrás iniciou Ação de Execução na mesma Vara Cível do Rio de Janeiro, para exigir aproximadamente R\$ 888.808 da controlada Eletropaulo Metropolitana e um montante menor da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”) (a controlada Eletropaulo e CTEEP são empresas resultantes da cisão da Eletropaulo Eletricidade e posteriormente privatizadas). A controlada Eletropaulo Metropolitana opôs Exceção de Pré-Executividade contra a mencionada Execução e a 5ª. Vara Cível decidiu favoravelmente à Eletrobrás. A controlada Eletropaulo Metropolitana apelou desta decisão e o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro decidiu que a controlada Eletropaulo Metropolitana não era responsável por qualquer débito discutido na demanda e a excluiu da lide, tendo em vista que os passivos em questão haviam sido vertidos à CTEEP na época da cisão da EEDSP. Contra esta decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, foram interpostos Recursos Especiais ao Superior Tribunal de Justiça pela Eletrobrás e CTEEP, separadamente. Em Junho de 2006, o Superior Tribunal de Justiça reverteu a decisão favorável à controlada Eletropaulo, que a eximia de responsabilidade pelos débitos discutidos na demanda e a excluiu da lide e remeteu o processo novamente à 5ª. Vara Cível, para apurar eventual responsabilidade da controlada Eletropaulo pelos débitos em questão em sede de Embargos à Execução, tendo em vista tratar-se de questão de alta complexidade. A controlada Eletropaulo Metropolitana interpôs Embargos de Declaração, que foram liminarmente rejeitados. Contra esta decisão, foram interpostos Embargos de Divergência perante o Superior Tribunal de Justiça e Recurso Extraordinário perante o Supremo Tribunal Federal. Ambos Recursos foram rejeitados, mas a controlada Eletropaulo interpôs Agravo de Instrumento de Despacho Denegatório de seguimento de Recurso Extraordinário

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

perante o Supremo Tribunal Federal, visando ainda a reforma da decisão desfavorável, o qual aguarda julgamento. Cumpre ressaltar que, embora haja recurso pendente, a Eletrobrás pode exigir os valores em questão da controlada Eletropaulo Metropolitana a qualquer momento. Se assim ela o fizer, a controlada Eletropaulo Metropolitana deverá apresentar garantia do montante requerido. Adicionalmente, em fevereiro de 2008, a CTEEP ajuizou Ação Ordinária contra a controlada Eletropaulo Metropolitana e Eletrobrás, que foi distribuída por dependência à 5ª. Vara Cível do Rio de Janeiro, visando a declaração de que não é responsável por qualquer débito relativo ao contrato de financiamento. O Juízo da 5ª. Vara determinou a citação das rés controlada Eletropaulo Metropolitana e Eletrobrás. Os assessores legais da controlada Eletropaulo Metropolitana acreditam que as chances de perda para essa demanda são possíveis, mesmo com a recente propositura de Ação Declaratória pela CTEEP. Contudo, eventual decisão desfavorável poderá impactar os resultados da controlada Eletropaulo.

20.2 Ação Civil Pública - Represa Billings

O Ministério Público Estadual ajuizou ação de reparação de danos ambientais contra Sabesp, Cetesb, Departamento de Águas do Estado de SP e controlada Eletropaulo, alegando dano ambiental em face do bombeamento das águas dos rios Pinheiros e Tietê para a represa Billings. A ação foi contestada, sendo realizada perícia que concluiu pela existência de danos ambientais, todavia a mesma foi impugnada e nessa ocasião foi determinada nova perícia. A 2ª perícia não foi realizada, embora o Perito Judicial tenha sido intimado diversas vezes para fazê-lo e, baseando-se na 1ª. perícia, a ação foi julgada procedente, condenando as rés a repararem os danos ambientais. A controlada Eletropaulo interpôs Recurso de Apelação, que aguarda distribuição e julgamento no Tribunal de Justiça. A chance de perda é possível, pois a condenação teve por base (i) perícia amplamente contestada, (ii) foi desprezada a realização da 2ª perícia, antes considerada indispensável pelo próprio Juiz e (iii) tampouco foi analisado o dano ambiental que a falta das obras poderia ter acarretado, fator preponderante e não abordado pela 1ª perícia. Assim sendo, as chances de anulação da sentença proferida e realização de outra perícia, incluindo as análises não realizadas são boas, justificando a manutenção do status do caso.

20.3 IRPJ e CSLL - dedutibilidade - previdência privada (PSAP)

Refere-se a suposta falta de recolhimento de IRPJ e CSLL, decorrente da dedução integral da base de cálculo do IRPJ e CSLL dos valores repassados à Fundação Cesp a título de complementação de previdência privada, sem a limitação de 20% imposta pela Lei nº. 9.532/97. O valor total de R\$ 1.297.762 divide-se em dois períodos, o primeiro sendo de 1998 até 2002 no valor de R\$ 258.320 e sob o qual a controlada Eletropaulo foi autuada e o segundo de 2003 até 2007 no valor de R\$ 1.039.442 sob o qual não há autuações até o momento. Tais valores já contemplam multa de 75% e juros Selic desde a data do suposto vencimento até o presente. Ambos os casos encontram-se no Conselho de Contribuintes (Esfera Administrativa), aguardando julgamento dos Recursos interpostos pela controlada Eletropaulo.

01897-0 COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20.4 IRPJ - Overseas

Em 19 de dezembro de 2007, a controlada Eletropaulo Metropolitana foi autuada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil por, supostamente, ter deixado de oferecer à tributação de IRPJ e CSLL (i) os lucros auferidos por intermédio de sua Controlada, Metropolitana Overseas II Limited (extinta em 2007), com sede nas Ilhas Cayman, e (ii) os rendimentos obtidos por consequência de determinado contrato de mútuo celebrado entre duas empresas. A Fazenda Nacional sustenta suas alegações, em síntese, nos seguintes pontos: (i) deveria ser aplicada a taxa de câmbio vigente em 31.12.2002 sobre o total dos lucros auferidos nos anos-calendários de 2000 e 2001, nos termos do art. 74 da MP nº. 2.158/2001; (ii) que a controlada Eletropaulo deveria ter oferecido à tributação o resultado positivo da equivalência patrimonial dos recursos direcionados à Overseas no ano de 2002; (iii) que nos anos de 2002, 2003 e 2004, a controlada Eletropaulo deveria ter aplicado a taxa de juros mínima exigida pela legislação brasileira (taxa LIBOR, acrescida de 3%) ao contrato de mútuo celebrado entre duas empresas; e (iv) que as bases de cálculo de IRPJ e CSLL relativas ao ano-calendário de 2002 deveriam ter sido ajustadas ao que restou decidido nos autos do Processo Administrativo nº. 19515.000234/2005-06. Feito o pagamento do valor relativo ao item (iii) acima, a controlada Eletropaulo apresentou defesa administrativa que ainda pende de julgamento.

Em decorrência os itens supracitados, a fiscalização aponta débitos de:

Controlada Eletropaulo			
Débitos 30.6.2008	IRPJ	CSLL	Total
Principal	169.675	39.753	209.428
Juros de Mora até 30.11.2007	109.679	21.625	131.304
Multa - 75%	127.256	29.815	157.071
Total	406.610	91.193	497.803

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21. Outras obrigações (Circulante e Não Circulante)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/08	31/03/08	30/06/08	31/03/08
Circulante:				
IPTU – outras prefeituras (a)	-	-	1.782	4.954
Provisão para renegociação do contrato de comercialização (b)	-	-	66.527	62.557
Brasil Ferrovias S.A.	-	-	3.258	3.258
Programa de baixa renda	-	-	3.528	3.528
Repasse de benefício do despacho otimizado	-	-	49.127	46.108
Cosip	-	-	26.438	-
Devolução de obrigações a concessão – nota 15	-	-	39.488	47.255
Reembolso de PIS/Cofins	-	-	-	7.854
Outras	1.587	1.697	146.735	123.147
Total	1.587	1.697	336.883	298.661
Não Circulante:				
Reserva para reversão (c)	-	-	66.085	66.085
Outras	-	-	25.703	26.769
Total	-	-	91.788	92.854
Total Geral	1.587	1.697	428.671	391.515

- (a) IPTU - outras prefeituras - refere-se a débitos de IPTU que estão em processo de negociação ou em fase de liquidação, através de encontro de contas, compensando-se com valores a receber de créditos de fornecimento de energia ou prestação de serviços com as Prefeituras Municipais.
- (b) A controlada Uruguaiana concluiu o processo de renegociação dos contratos de comercialização de potência e energia elétrica com as concessionárias de sua área de atuação. Em abril de 2004 a controlada Uruguaiana foi inserida no Programa Prioritário de Termelétricidade - PPT, o que trouxe maior clareza com relação a interpretação contratual, estrutura tarifária e critérios de reajuste. Entretanto, as renegociações das pendências passadas não foram concluídas até o momento, o que levou a Administração da controlada Uruguaiana a manter em seus registros contábeis uma provisão no montante de R\$ 10.724, correspondente à expectativa de desembolsos futuros. De acordo com a notificação recebida em 11 de julho de 2007, uma das distribuidoras apresentou demonstrativo com valores que julga serem devidos pela Companhia, referentes às pendências decorrentes de transações ocorridas no período até 2003. Considerando que essas pendências em parte decorrem de acordos não formalizados com as distribuidoras, a administração da Companhia analisou o pleito e decidiu constituir, conservadoramente, uma provisão adicional. Em 30 de junho de 2008 esta provisão totalizava R\$ 66.527 (R\$ 62.557 em 31 março de 2008). Essa provisão é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas decorrentes das referidas pendências com as distribuidoras. Atualmente, a Administração da Companhia está em processo de análise e negociação dos valores pleiteados pela referida distribuidora.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (c) Reserva para reversão – refere-se a recursos derivados da reserva de reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos remos do Regulamento do SPEE (Decreto Federal 41.019/57), que a controlada Eletropaulo aplicou na expansão do serviço público de energia elétrica. Sobre o saldo são cobrados/pagos juros de 5% ao ano (pagamento ocorre em parcelas mensais).

22. Patrimônio Líquido

a. Capital Social

O capital social subscrito da Companhia é de R\$ 3.325.493 (R\$ 3.325.493 em 31 de março de 2008), composto por 600.000.001 ações ordinárias e 50.000.007 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais têm as seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio; (b) direito de serem incluídas na oferta pública decorrente de alienação de controle, a fim de assegurar-lhes preço igual ao valor pago por ação com direito a voto; e (c) participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ordinárias.

O capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, até o limite de 5.000.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal.

b. Composição Acionária

	Controladora		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
AES Brasil Holdings Ltda.	300.000.001	1	300.000.002
BNDESpar	300.000.000	49.999.998	349.999.998
Outros	-	8	8
Total	600.000.001	50.000.007	650.000.008

c. Reserva de Reavaliação

A controlada Eletropaulo registrou em junho de 2007 nova reavaliação de ativos no montante de R\$1.128.336, líquido dos efeitos tributários, na conta reserva de reavaliação no patrimônio líquido.

Em consequência, a Companhia registrou reavaliação reflexa, na conta de reserva de reavaliação de controladas, no seu patrimônio líquido, no montante de R\$ 393.463. A amortização dessa reserva será registrada diretamente na conta de lucro acumulados, concomitantemente ao registro da depreciação, baixa ou alienação do ativos reavaliados na controlada Eletropaulo.

Conforme facultado pelo art. 4º. da Instrução CVM nº. 469, de 2 de maio de 2008, a Administração da controlada Eletropaulo decidiu pela manutenção do saldo da Reserva de Reavaliação constituída em período anterior à vigência da Lei nº. 11.638/2007.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

De acordo com o item I do parágrafo 4º. desse mesmo artigo, em se mantendo o saldo da Reserva de Reavaliação o valor do Ativo Imobilizado reavaliado existente no início do exercício passa a ser considerado como o novo valor de custo para fins de mensuração futura e de determinação do valor recuperável. Conforme item II desse mesmo parágrafo a obrigatoriedade de realização de reavaliações periódicas deixa de ser aplicável.

	%	Jun/07	Realização	Dez/07	Realização	Jun/08
		R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Reserva de reavaliação registrada na controlada Eletropaulo		1.128.336	23.312	1.105.024	24.551	1.080.473
Participação da AES Elpa na Eletropaulo	30,97%	349.446	7.220	342.226	7.603	334.623
Participação da Companhia na Eletropaulo	4,44%	50.098	1.035	49.063	1.090	47.973
Participação da Companhia na AES Elpa	98,26%	343.365	7.083	336.282	7.482	328.800
Reserva de reavaliação reflexa registrada na Companhia		393.463	8.118	385.345	8.572	376.773

23. Receita Operacional Líquida

	Consumidores (*)		MWh (*)		Saldo em:	
	30/06/2008	30/06/2007	30/06/2008	30/06/2007	30/06/2008	30/06/2007
Classe de consumidores:						
Residencial	5.259.509	5.139.507	7.017.088	6.548.148	1.844.128	1.971.839
Industrial	31.511	32.834	3.142.894	3.146.442	748.722	809.784
Comercial	360.102	367.140	5.061.019	5.101.006	1.305.811	1.458.709
Rural	794	828	13.536	12.461	1.724	1.669
Poder público						0
Federal	1.094	928	90.222	69.158	23.807	21.634
Estadual	3.702	3.457	253.723	275.007	67.584	81.933
Municipal	8.221	8.280	189.237	188.655	52.318	59.022
Iluminação pública	1.431	1.440	425.000	438.488	58.431	67.981
Serviço público	1.173	1.137	276.337	265.818	56.702	60.215
Encargos de capacidade emergencial					25	95
Subtotal	5.667.537	5.555.551	16.469.056	16.045.183	4.159.252	4.532.881
Recomposição tarifária extraordinária					-	(162.272)
Amortização/recuperação					-	-
Energia livre					-	-
Energia Livre amortização/recuperação					-	(59.737)
Transmissoras					17.810	-
Energia no curto prazo					3.945	7.330
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	224	205	3.608.336	3.591.344	234.980	248.901
Revisão tarifária de 2003 - Ajustes - amortização					10.484	-
PIS/COFINS - CTEEP - amortização					-	23.150
PIS/COFINS - diferença de alíquota					46.503	(30.066)
Reserva Global de Reversão - RGR					(27.413)	(29.940)
Encargos de capacidade emergencial					(25)	(93)
Eficiência energética					(38.143)	(38.300)
P&D CVA						(3.219)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE					(164.658)	(152.559)
CDE CVA					(8.866)	(17.801)
Conta consumo de combustível - CCC					(148.968)	(249.077)
CCC CVA					(5.640)	(41.445)
Encargos do Consumidor - Outros					(4.387)	(4.159)
Cofins - corrente					(478.307)	(478.419)
Cofins - diferido					1.842	-
Pis - corrente					(104.525)	(107.275)
Pis - diferido					746	-
Iss					(425)	(366)
Suprimento de energia elétrica					383.211	419.751
Outras receitas					180.879	164.824
Total Eletropaulo	5.667.761	5.555.756	20.077.392	19.636.527	4.058.295	4.022.109

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24. Receitas (Despesas) Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/06/08	30/06/07	30/06/08	30/06/07
Receitas financeiras:				
Renda de aplicações financeiras	3.010	6.012	125.640	110.742
Selic - Parcela A/CVA	-	-	26.959	42.715
Selic - RTE	-	-	-	24.328
Selic - energia livre	-	-	-	15.441
Acréscimo moratório - consumidores	-	-	28.587	33.655
Outras	46	4.305	18.918	122.828
Subtotal	3.056	10.317	200.104	349.709
Despesas financeiras:				
Encargos de dívidas:				
Moeda nacional	(52.295)	(57.757)	(179.983)	(195.894)
Moeda estrangeira	-	-	(767)	(5.558)
Multa e juros	-	(4.223)	-	(54.315)
Operações de "swap"	-	-	(8.130)	(26.498)
Juros sobre PIS/Pasep	-	-	(31.167)	-
CPMF	(2)	-	(600)	-
Outras	(4.460)	(1.690)	(58.146)	(58.418)
Subtotal	(56.757)	(63.670)	(278.793)	(340.683)
Variação monetária e cambial líquida:				
Moeda nacional	2.885	-	(140.068)	(97.267)
Moeda estrangeira	-	-	90.369	226.184
Ganho (Perda) sobre tradução das demonstrações contábeis de controladas no exterior	-	-	(81.294)	(229.236)
Outros	-	-	842	20.508
Subtotal	2.885	-	(130.151)	(79.811)
Total	(50.816)	(53.353)	(215.722)	(70.785)

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

25. Tributos

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 25% para imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido. Os tributos diferidos relativos a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados nas contas patrimoniais (Nota nº 6). A seguir, demonstramos a composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos:

	Consolidado			
	30/06/08		30/06/07	
	IR	CS	IR	CS
Corrente	(241.630)	(90.570)	(310.812)	(89.522)
Diferido	(46.134)	(18.575)	(61.662)	(45.271)
Total da despesa com impostos	(287.764)	(109.145)	(372.474)	(134.793)
Lucro antes dos impostos	994.842	994.842	1.149.514	1.149.514
Adições/exclusões permanentes				
Resultado de subsidiárias no exterior não tributadas e perda de variação cambial sobre investimentos	-	-	271.985	271.985
Reversão de tributos questionados judicialmente	(193.290)	(105.276)	-	-
Baixa de PDD	4.321	4.321	-	-
Outras	50.325	50.325	21.087	21.011
Total das adições e exclusões permanentes	(138.644)	(50.630)	293.072	292.996
Lucro ajustado	856.198	944.212	1.442.586	1.442.510
Compensação de prejuízos	(385)	(26.573)	(170)	(177)
Base de cálculo do imposto	855.813	917.639	1.442.416	1.442.333
Alíquota do imposto	25%	9%	25%	9%
Imposto à alíquota nominal	(213.953)	(82.588)	(360.604)	(129.810)
Variação cambial diferida	(19.717)	(7.098)	-	-
Incentivos fiscais	-	-	1.517	-
Provisão sobre realização de ativos	(53.071)	(19.056)	(19.518)	(7.201)
Ajuste no cálculo de anos anteriores	(1.023)	(403)	6.131	2.218
Total da despesa com impostos	(287.764)	(109.145)	(372.474)	(134.793)

(*) Esse valor refere-se a provisão constituída sobre a parcela do imposto de renda e contribuição social diferidos, para a qual a Companhia e/ou suas subsidiárias não possuem base para registro de acordo com os critérios estabelecido na Instrução CVM nº 371.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

26. Partes Relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	30/6/08	31/3/08	30/06/08	31/03/08
Ativo circulante:				
AES Sul – contas a receber de revendedores	-	-	83.392	75.396
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(71.965)	(53.255)
	-	-	11.427	22.141
Ativo Não Circulante - Realizável a longo prazo:				
AES Elpa S.A. - encargos (b)	429.200	429.200		
AES Termo Bariri (a)	912	888	912	888
	430.112	430.088	912	888
Passivo circulante:				
Fornecedores (d)				
Contas a pagar - AES Eletropaulo (c)	42.998	42.998	-	-
	42.998	42.998	-	-
Passivo Não Circulante				
AES Corporation	8.958	8.958	8.958	8.958
Contas a pagar - BNDES	378	378	378	378
Contas a pagar - AES Brasil Holdings Ltda.	231	231	231	231
Total	9.567	9.567	9.567	9.567
	Controladora		Consolidado	
	30/6/08	31/3/08	30/06/08	31/3/08
Resultado:				
AES Sul – Venda de energia elétrica	-	-	130.563	85.667
Total	-	-	130.563	85.667

- (a) Contratos de mútuo com encargos equivalentes a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, acrescidos de 0,38% ao ano, com vencimento para 26 de abril de 2004, podendo ser renovados por mais um ano, na hipótese de as partes convencionarem novas condições de prazo e juros. Esse contrato está sendo renegociado entre as partes.
- (b) Refere-se aos encargos moratórios da dívida da controlada Elpa com o BNDES, os quais foram assumidos pela Companhia em decorrência da reestruturação societária do Grupo AES, que deverão ser objeto de capitalização e/ou compensação com prejuízos acumulados. Esses valores não estão sujeitos à atualização monetária.
- (c) Contas a pagar a controlada Eletropaulo decorrente da venda das ações da Telecom para a Companhia.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A ANEEL através do Ofício 561/2005-SFF exigiu a segregação da participação acionária detida pela controlada Eletropaulo na Eletropaulo Telecomunicações Ltda., baseada no artigo 8º. da Lei nº. 10.848/04, onde é vedado às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, deterem participação societária em outras sociedades, cujo objeto social seja estranho ao objeto do contrato de concessão.

Tendo em vista o acima exposto, a controlada Eletropaulo efetuou em 15 de setembro de 2005, a transferência acionária, através de contrato de compra e venda de quotas (valor contábil registrado em julho de 2005 de R\$ 42.998), para a AES Transgás Empreendimentos S.A. (atualmente Companhia Brasileira de Energia, após processo de incorporação finalizado em outubro de 2006).

O referido contrato de compra e venda, entre outras, incluí as seguintes principais condições:

- A dívida assumida pela Companhia junto à sua controlada no valor de R\$ 42.998, não sofrerá qualquer tipo de atualização;
- Eventuais dividendos que venham a ser pagos pela Eletropaulo Telecomunicações serão integralmente repassados à controlada Eletropaulo;
- Eventuais resultados apurados quando da alienação desse investimento pela AES Transgás, também serão integralmente repassados à controlada Eletropaulo.

Referida operação foi deliberada e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 15 de setembro de 2005 e anuída pela ANEEL através do despacho nº 1.363, de 28 de setembro de 2005.

27. Obrigações com Entidade de Previdência Privada

As controladas Eletropaulo e Tietê patrocinam um plano de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. Referido plano é administrado pela Fundação Cesp.

Através do Acordo assinado entre a controlada Eletropaulo, os empregados, o sindicato e a Fundação CESP, devidamente aprovado pela SPC - Secretaria da Previdência Complementar, no ano de 1997, antes da privatização, foi garantido a todos os empregados ativos, na data da privatização, o direito de receber, na data de aposentadoria, o saldo individual das reservas matemáticas relativo ao serviço passado, incluindo a parte financiada pela controlada Eletropaulo e a parte financiada pelos empregados, denominado Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS. A controlada Eletropaulo assumiu a quitação do déficit integral desse Plano por meio de contrato de ajuste de Reservas a amortizar, assinado em setembro de 1997 e aditado em dezembro de 2006.

O BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação das controladas que aderiram ao novo modelo implementado, a partir de 1º. de abril de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O plano de suplementação foi reformulado a partir de 1º de abril de 1998, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido - BD e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida - CD.

O custeio do plano para o benefício definido é paritário entre as patrocinadoras Eletropaulo e Tietê e os empregados. O custeio da parcela estabelecida como contribuição definida é paritário entre as patrocinadoras Eletropaulo e Tietê e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante de, no mínimo, 0% até o limite de 5%.

No caso de ocorrer déficit técnico no plano de suplementação este será custeado, paritariamente, entre as controladas e os empregados, a partir da implementação do modelo misto.

A - Demonstração do passivo a ser registrado de acordo com a Deliberação CVM nº 371/00

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes em 31 de dezembro de 2005, seguindo os critérios determinados pela Deliberação CVM nº 371/00, o passivo atuarial das controladas Eletropaulo e Tietê é conforme segue:

(a) *Premissas atuariais:*

As principais premissas atuariais utilizadas para determinação da obrigação atuarial são as seguintes:

	2007	
	Taxa %	
	Real	Nominal
Premissas econômicas:		
Taxa de desconto	7,25 a.a.	11,54a.a
Taxa de retorno esperada sobre os ativos (investimento) dos planos	8,23 a.a.	12,5 a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro	3,00 a.a.	7,12 a.a.
Taxa de reajuste de benefícios	-	4 a.a.
Taxa da inflação esperada	-	4 a.a.
Premissas demográficas:		
Tábua de mortalidade	AT – 83	
Entrada - invalidez	Tábua Mercer	
Mortalidade de inválidos	IAPB 57	
Rotatividade	0,30/(serviço +1)	
Método de avaliação atuarial	Método da unidade de crédito projetada	

(b) *Avaliação atuarial do plano BSPS:*

	Eletropaulo 2007	Tietê 2007	Total 2007	Total 2006
Número de participantes ativos	3.909	274	4.183	4.140
Número de participantes inativos	12.584	377	12.961	12.981
	16.493	651	17.144	17.121

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A - Demonstração do passivo a ser registrado de acordo com a Deliberação CVM nº 371/00--Continuação

(b) Avaliação atuarial do plano BSPS:--Continuação

	<u>Eletropaulo</u>	<u>Tietê</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2007</u>	<u>2007</u>	<u>2007</u>
Valor presente da obrigação atuarial	6.968.689	148.932	7.117.621
Valor justo dos ativos do plano	(5.549.528)	(186.599)	(5.736.127)
Obrigação descoberta	1.419.161	(37.667)	1.381.494
Ganho atuarial não reconhecido (corredor) (*)	849.753	40.047	889.800
Passivo total a ser registrado	2.268.914	2.380	2.271.294
(Passivo) ativo ainda não registrado	66.160	-	66.160
Passivo registrado até 31 de dezembro - líquido	<u>2.335.074</u>	<u>2.380</u>	<u>2.337.454</u>

(*) De acordo com a Deliberação CVM nº 371, que aprovou as Normas e Procedimentos de Contabilidade (NPC) nº 26, emitida pelo Ibracon, a parcela dos ganhos e perdas atuariais que exceder a 10% do valor presente das obrigações do plano ou do valor do justo dos ativos, dos dois o maior, será reconhecido no resultado com base proporcionalmente ao tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano, que atualmente está em torno de 30 anos, de acordo com o estudo atuarial.

B - Conciliação contábil do passivo registrado (curto e longo prazos)

	<u>Eletropaulo</u>	<u>Tietê</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>30/06/08</u>	<u>30/06/08</u>	<u>30/06/08</u>	<u>31/03/08</u>
Saldo inicial	2.335.074	2.380	2.337.454	2.337.454
Despesa do semestre/trimestre	47.093	(1.747)	45.346	21.620
Pagamento de contribuições e confissões de dívidas	(117.781)	(633)	(118.414)	(53.569)
Saldo final (A)	<u>2.264.386</u>	<u>-</u>	<u>2.264.386</u>	<u>2.305.505</u>

C - Equacionamento financeiro com a Fundação Cesp

A totalidade do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes está representada por instrumentos jurídicos formalizados antes da privatização das controladas na forma de contratos de mútuos e contrato de ajuste de reservas a amortizar conforme segue:

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Eletropaulo 30/06/08	Tietê 30/06/08	Consolidado 30/06/08	Consolidado 31/03/08
Saldo das confissões de dívidas registrado	593.850	-	593.850	590.817
Parcela do contrato de ajuste de reserva registrada (c)	1.662.599	-	1.662.599	1.706.573
Subtotal - saldo registrado	2.256.449	-	2.256.449	2.297.390
Saldo do contrato de ajuste de reserva - não registrado	408.591	-	408.591	313.004
Saldo total dos contratos formalizados	2.665.040	-	2.665.040	2.610.394
Passivo total - a ser registrado (c) (A)	(2.198.226)	-	(2.198.226)	(2.239.110)
Valor dos contratos (maior) menor do que o valor do passivo total das controladas (c) (*)	(466.814)	-	(466.814)	(371.284)

(*) O saldo do contrato, maior que o valor do passivo total a ser registrado no montante de R\$ 466.814 (R\$ 371.285 em 31 de março de 2008), é decorrente da diferença de premissas utilizadas pela controlada Eletropaulo e pela Fundação Cesp (administradora do plano de benefícios) para avaliar a situação dos planos de benefícios. Por ser um contrato com valor variável, a ser ajustado anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais, essa diferença será ajustada ao longo do tempo (maturação do plano).

As operações financeiras com a Fundação Cesp estão detalhadas conforme segue:

	Consolidado			
	30/06/08		31/03/08	
	Saldo do contrato	A registrar	Registrado	Registrado
Empréstimos e financiamentos:				
Confissão de dívida IIa (a)	390.060	-	390.060	388.964
Confissão de dívida IIb (b)	202.890	-	202.890	201.853
Confissão de dívida III	2.427	-	2.427	2.355
Contrato de ajustes de reservas (d)	2.071.190	(408.591)	1.662.599	1.706.573
Subtotal	2.666.567	(408.591)	2.257.976	2.299.745
Ganho atuarial	(2.427)	-	(2.427)	(2.119)
Outras contribuições a pagar	-	-	7.937	7.879
Total	2.664.140	(408.591)	2.263.486	2.305.505

	Consolidado			
	30/06/08		31/03/08	
	Saldo do contrato	A registrar	Registrado	Registrado
Circulante	261.217	-	322.779	261.217
Longo prazo	2.350.197	(408.591)	1.941.606	2.044.288
Total	2.672.976	(408.591)	2.264.385	2.305.505

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (a) Refere-se a Instrumento Particular de Aditivo ao Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Outras Avenças, assinado pela controlada Eletropaulo em 11 de fevereiro de 1999, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar e aditado pela segunda vez em 29 de setembro de 2006, para pagamento em 196 parcelas mensais, a partir de 31 de dezembro de 2005. Esse contrato é corrigido pelo custo atuarial fornecido por consultor atuarial externo (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI mais 6% ao ano) ou variação da TR mais 8% ao ano, dos dois o maior.
- (b) Refere-se ao valor de mercado dos imóveis devolvidos pela Fundação Cesp à controlada Eletropaulo em 31 de dezembro de 1999, aditado pela segunda vez em 29 de setembro de 2006, para pagamento em 196 parcelas mensais a partir de 31 de dezembro de 2005. As parcelas mensais são corrigidas pela variação da TR mais 8% ao ano ou pelo custo atuarial, deles o que for maior.

C - Equacionamento financeiro com a Fundação Cesp--Continuação

- (c) Refere-se ao contrato de financiamento de déficit atuarial, referente ao BSPS da controlada Tietê, com vencimento final em setembro de 2027. O saldo desse contrato é atualizado pela variação do custo atuarial, ou pela variação do IGP-DI, acrescida de juros de 6% ao ano, dos dois o maior.
- (d) Refere-se ao saldo líquido das reservas a amortizar, déficit e superávit técnico do BPS da controlada Eletropaulo, aditado pela segunda vez em 27 de dezembro de 2006, para pagamento em 196 parcelas mensais, a partir de 31 de dezembro de 2005. Esse saldo é corrigido mensalmente pelo custo atuarial e ajustado anualmente com base na avaliação atuarial

Em 30 de junho e em 31 março de 2008, o saldo desse contrato é o seguinte:

	<u>30/06/08</u>	<u>31/03/08</u>
Parcela já registrada no passivo	1.662.599	1.706.573
Parcela ainda não registrada	408.591	313.004
Total	<u>2.071.190</u>	<u>2.019.577</u>

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

28. Instrumentos Financeiros

As operações da Companhia e de suas controladas compreendem a geração de energia nos Estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul e a distribuição de energia elétrica em 24 municípios, predominantemente da Grande São Paulo, incluindo a capital do Estado, atendendo a aproximadamente 5,5 milhões de consumidores. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia e de suas controladas podem ser assim descritos:

Risco de crédito

(a) *Distribuição*

A controlada Eletropaulo está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os consumidores localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a controlada tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuam o pagamento das faturas.

(b) *Geração*

As vendas de energia efetuadas com base nos contratos iniciais e bilaterais estão garantidas pelos recebíveis das companhias distribuidoras, tendo as controladas Tietê e Uruguaiana o direito de requerer o bloqueio das contas bancárias de seus clientes (distribuidores) até a recuperação do valor total a receber.

Riscos financeiros (negócios da geração e distribuição)

A Companhia possui debêntures remuneradas pela variação do DI, acrescidos de juros de 2,25% ao ano. Conseqüentemente, seu resultado é afetado significativamente pela variação desse índice. Além disso, os seguintes fatores devem ser considerados no que se refere às suas controladas:

(a) *Distribuição*

O resultado das operações da controlada Eletropaulo é afetado pelo fator de risco de mercado - taxa de câmbio (dólar norte-americano). Em 30 de junho de 2008, o saldo total de empréstimos e financiamentos montava R\$ 2.043.119 (R\$ 2.021.456, em 31 de março de 2008). O montante de R\$ 28.172, equivalente a US\$ 17.697, refere-se a captações denominadas em dólar norte-americano (R\$ 41.242 em 31 de março de 2008, equivalente a US\$ 23.579).

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Com a finalidade de reduzir a exposição da controlada Eletropaulo à volatilidade deste fator de risco, foram efetuadas operações de swap cambial trocando a variação do dólar mais juros pré-fixados pela variação do CDI. Estas operações foram contratadas para os mesmos vencimentos das dívidas, não ocasionando descasamentos de fluxo de caixa. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2008, foi apurado um resultado negativo de R\$ 8.130 e (R\$ 26.498, em 30 de junho de 2007), o qual está reconhecido nas demonstrações contábeis na rubrica Despesas Financeiras. Os saldos acumulados nos montantes de R\$ 35.139 ao final deste semestre e de R\$ 46.312, em 31 de março de 2008, estão registrados na rubrica Operações de Swap Cambial no Passivo Circulante e Passivo Não Circulante - Exigível a Longo Prazo.

O valor principal dessas operações de swap em 30 de junho de 2008 é de US\$ 14.317 mil (US\$ 21.137 mil em 31 de março de 2008. O montante de R\$ 224.337 (R\$ 208.888 em 31 de março de 2008) referentes a operações vencidas com o Banco Santos S.A., o qual teve sua falência decretada em 20 de setembro de 2005, estão classificadas na rubrica Outras Obrigações e equivalem a US\$ 107.831 mil.

Os pagamentos de energia comprada de Itaipu também são afetados pela volatilidade do fator de risco de taxa de câmbio (dólar norte-americano), mas o resultado da Companhia está protegido através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA.

(b) *Geração*

O principal empréstimo da controlada Tietê tem encargos financeiros correspondentes a juros de 10% ao ano mais variação do IGP-M. Conseqüentemente, o resultado da controlada é afetado pela variação desse índice de preços. O impacto causado pela variação do IGP-M sobre os empréstimos é minimizado, em parte, pelo aumento dos preços nos contratos iniciais que também estão indexados à variação desse índice.

As aplicações financeiras da controlada Tietê estão ajustadas pelo valor das quotas em 30 de junho de 2008, dos fundos em que estão investidos.

As aplicações financeiras da controlada Uruguaiana foram efetuadas em fundos com liquidez diária e estão ajustadas pelo valor das quotas desses fundos em 30 de junho de 2008.

A principal obrigação da controlada Uruguaiana (pagamentos de gás) é afetada significativamente pelo fator de risco de mercado da taxa de câmbio (dólar norte-americano). Com a inserção da controlada no PPT a partir de abril de 2004, a tarifa de venda de energia aplicada pela usina da controlada Uruguaiana passou a ser ajustada anualmente, eliminando o antigo gatilho cambial que a reajustava sempre que a oscilação das cotações das moedas estrangeiras provocasse reflexo sobre os preços contratados em percentual superior a mais ou menos 5%. Com isso, o fluxo de caixa da controlada Uruguaiana tornou-se exposto a oscilações cambiais.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Com a finalidade de reduzir sua exposição às oscilações da taxa de câmbio, durante o exercício de 2004 a Administração da controlada Uruguaiana efetuou operações de "swap" cambial trocando a variação do dólar mais juros lineares pela variação do CDI. Essas operações de hedge venceram em abril de 2005. O valor a pagar de R\$ 25.361 (R\$24.607 em 31 de dezembro de 2007) está registrado na rubrica "Operações de "swap" cambial" no passivo circulante.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos ajustados às taxas correntes de mercado estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de Mercado
Passivo:				
Empréstimos e financiamentos (incluem encargos):				
Moeda estrangeira (nota 19)			28.172	41.242
Moeda nacional (nota 19)	812.470	837.255	4.116.514	4.027.928
Subtotal	812.470	837.255	4.144.686	4.069.170
Outras obrigações - "swap" cambial	-	-	61.277	61.277
Total - passivo	812.470	837.255	4.205.963	4.197.401

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos empréstimos foi fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes na data do balanço. Para os instrumentos de "hedge", foram utilizadas as taxas de mercado desses contratos na data do balanço.

Risco de preço

(a) *Distribuição*

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou através da Resolução Homologatória nº. 675 de 1 de julho de 2007, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da controlada Eletropaulo resultantes do processo de reajuste tarifário de 2008, cujo aumento médio percebido pelos consumidores foi da ordem de 8,12%.

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IGP-M, ajustado pela aplicação do Fator X.

O resultado da segunda revisão tarifária periódica ocorrida em 2007 foi alterado através da Resolução Homologatória nº. 674 de 1º. de julho de 2007, no entanto, a exemplo do ocorrido no ano passado o mesmo permanece provisório.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os principais itens considerados em caráter provisório nesta revisão tarifária são:

1. Perdas elétricas regulatórias;
2. Custos operacionais definidos através do modelo da Empresa de Referência;
3. Receitas Irrecuperáveis e;
4. Fator Xe.

Estes itens são objeto de discussão através da Audiência Pública nº. 052/2007, aberta em dezembro de 2007.

Em conformidade ao contrato de concessão, a controlada Eletropaulo passa pelo processo de revisão tarifária periódica a cada 4 anos.

Nos processos de revisão tarifária, a Parcela B deixa de ser apurada pela variação do IGP-M ajustado pelo Fator X e passa a ser calculada através de metodologias definidas pela ANEEL, apresentadas na Resolução Normativa ANEEL nº. 234 de 31 de outubro de 2006.

(b) *Geração*

As vendas são efetuadas através dos contratos bilaterais, assinados em período posterior ao da privatização da controlada Tietê, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O valor do preço é reajustado anualmente pela variação do IGP-M. A partir de 2006 toda a atual geração de energia da controlada Tietê está sendo vendida para a controlada Eletropaulo. O preço da energia elétrica vendida pela controlada Tietê para a controlada Eletropaulo está no nível dos preços determinados nos contratos de venda (R\$ 131,38/MWh em 2008).

O preço da energia elétrica vendida pela controlada Uruguaiana está no nível dos preços determinados nos contratos de venda para as distribuidoras (R\$150,60/MWh em março de 2008). Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada e o somatório das quantidades vendidas através de contratos (faltas ou sobras) são ajustadas através das regras de mercado e transacionadas no mercado de curto prazo (CCEE). Relativamente a esta controlada, devido à existência de contatos com fornecimento de energia a seus clientes, com vencimento de longo prazo e preços pactuados, bem como às dificuldades de obtenção da sua principal matéria-prima (gás natural), aquela Controlada vê-se forçada adquirir parcela faltante para atender seus clientes, no mercado de curto prazo e, portanto, expondo-a às variações de preço neste mercado.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Risco de mercado

(a) *Distribuidoras*

O *portfolio* de contratos de energia de 2007 consiste em três principais componentes: Contratos Bilaterais com AES Tietê e AES Uruguaiana e outros pequenos geradores; Contrato de Itaipu; e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs decorrentes do Leilão Público de energia existente realizado em dezembro de 2004. De acordo com o Decreto MME Nº. 5.163/04, as distribuidoras devem efetuar contratos regulados de compra de energia somente através de leilões públicos federais, com duração estabelecida pelo próprio MME, de três a quinze anos para energia proveniente de empreendimentos existentes e, de quinze a trinta anos, para energia proveniente de novos empreendimentos de usinas térmicas e hidrelétricas, respectivamente.

Os custos associados à compra de energia são compostos por itens não gerenciáveis. A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a cem por cento dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até cento e três por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da Distribuidora. Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão de 5 anos da carga e à expectativa de preços futuros. Tais fatores podem implicar em penalidades por insuficiência de contratação, quando a contratação for inferior a 100%, e em custos não repassáveis às tarifas de fornecimento quando a contratação for superior a 103%. Para mitigação desses riscos, há instrumentos de contratação de energia elétrica previstos pela regulamentação tais como leilões de ajuste, MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits), opção por redução dos CCEARs de energia existente devido a (i) migração de clientes ao mercado livre, (ii) acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº. 10.848/04, e (iii) outras variações de mercado.

A estratégia de suprimento de energia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 103%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atender todos os clientes cativos. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração e gestão dos riscos de volume e preços, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

Conforme disposto na Portaria MME nº. 45/2007, de 09 de março de 2007 e nas regras estabelecidas pela Resolução Normativa ANEEL nº. 305, de 18 de maio de 2008, a eventual exposição no nível de contratação a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada à tarifa da Distribuidora. Este repasse deverá ser concedido, desde que atendidas as condições dispostas na portaria anteriormente mencionada. Adicionalmente, caberá à ANEEL analisar a isenção da aplicação de penalidade por eventual não atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Risco de fornecimento de gás

O fornecimento de gás para a geração de energia elétrica é efetuado pela Sulgás, que o importa da YPF (Argentina), sendo este o único fornecedor disponível para atender à planta da controlada Uruguiana.

Risco de aceleração de dívidas

A controlada Eletropaulo tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

29. Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA

A controlada Eletropaulo possui os seguintes saldos da CVA em 30 de junho de 2008:

Descrição	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2007	(135.270)
Adições	83.475
Atualização monetária	(2.077)
Valores compensados	29.729
Saldo em 31 de março de 2008	(24.143)
Adições	47.736
Atualização monetária	(5.145)
Valores compensados	16.809
Saldo em 30 de junho de 2008	35.257

Classificação contábil	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	30.6.2008	31.3.2008	30.6.2008	31.3.2008
Compensação de variação dos itens da Parcela A - CVA				
Ativo - nota nº. 10	101.277	94.013	91.430	27.949
Passivo - nota nº. 10	(125.151)	(119.335)	(32.299)	(26.770)
	(23.874)	(25.322)	59.131	1.179

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

30. Reajuste Tarifário 2008

Em 1º. de Julho de 2008, em Reunião Pública da Diretoria da ANEEL foi autorizado um reajuste tarifário médio de 8,01% à controlada Eletropaulo, a ser aplicado em sua tarifa a partir de 4 de Julho de 2008.

O efeito a ser percebido pelos consumidores das diversas classes de atendimento será de:

Classe de Consumo	Índice
Baixa Tensão	8,63%
Alta Tensão	7,28%
A2 (88 a 138 kV)	7,85%
A3a (34,5 kV)	8,11%
A4 (2,3 a 25 kV)	7,17%
Média Total	8,12%

O reajuste autorizado pela Aneel em 1º. de julho de 2008 é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário 2008		
Parcela A	Encargos Setoriais	2,27%
	Energia Comprada	0,58%
	Encargos de Transmissão	0,96%
	Parcela A	3,81%
Parcela B		2,65%
Reajuste Base		6,46%
CVA Total		0,08%
Outros custos financeiros de Parcela A		0,42%
Outros custos financeiros de Parcela B		1,05%
Reajuste Total		8,01%

Parcela A

A Parcela A foi corrigida em 5,36%. A participação positiva de 3,81% no reajuste econômico refere-se a:

- Encargos Setoriais - R\$ 1.022,56 milhões. Com destaque para o aumento de 1.590,23% nos Encargos de Serviço do Sistema - ESS, que totalizaram R\$ 103,00 milhões, devido à expectativa de despachos de térmicas até novembro de 2008 com vista a aumentar a segurança energética do Sistema Interligado Nacional (SIN).
- Energia Comprada - R\$ 3.849,38 milhões. A baixa representatividade no percentual total do reajuste, de 0,58%, decorre da redução no custo de energia comprada de Itaipu, uma vez que houve apreciação do Real frente ao Dólar nos últimos 12 meses. A taxa de câmbio utilizada para valorar o repasse atual foi de R\$ 1,64/US\$, enquanto na Revisão Tarifária de 2007 foi considerada a cotação de R\$ 1,94/US\$.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (iii) Encargos de Transmissão - R\$ 954,20 milhões. Reflete a publicação pela ANEEL das novas tarifas de transmissão, por meio da Resolução Homologatória nº. 671, válidas a partir de 1º de julho de 2008.

Parcela B

O índice de ajuste da Parcela B foi de 9,15%. A participação de 2,65% em relação ao Índice de Reajuste Tarifário resulta da combinação dos seguintes componentes:

1. IGP-M de 13,44%, dos 12 meses findos em 30 de junho de 2008, e
2. Fator X equivalente a 4,30%, composto por:
 - Xa de 2,01%, fruto da diferença positiva entre o IGP-M (13,44%) e o IPCA (5,90%) no período tarifário, e
 - Xe de 2,05%, resultado da nova metodologia de cálculo que introduziu um fator de produtividade a ser aplicado nos custos operacionais projetados.

Componentes Financeiros

Dentre os componentes financeiros aplicados a este Reajuste Tarifário, que montam R\$ 128,86 milhões, há R\$ 10,48 milhões referentes aos seguintes ajustes da Revisão Tarifária Periódica de 2007, aplicados provisoriamente:

- a) Receitas Irrecuperáveis passaram de 0,50% sobre a receita bruta para 0,60%;
- b) Taxa de depreciação regulatória foi alterada de 4,31% para 4,32%.

Os demais itens pendentes do Processo de Revisão Tarifária de 2007, que foram objetos de discussão na Audiência Pública 052/2007, também permanecem provisórios e sem alterações.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Vide comentário de desempenho consolidado.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

As principais fontes de receita (Consolidado) são provenientes do suprimento de energia elétrica a empresas distribuidoras e do fornecimento de energia aos consumidores.

As deduções da receita constituem-se substancialmente por despesas com ICMS, no valor de R\$ 1.028,6 milhões (R\$ 1.114 milhões em 2007), PIS e Cofins, no valor de R\$ 591,9 milhões (R\$501.4 milhões em 2007) e encargos setoriais no valor de R\$ 404,8 milhões (R\$ 532.4 milhões em 2007).

O custo do serviço prestado consolidado no montante de R\$ 2.705,8 milhões apurado no semestre findo em 30 de junho de 2008 (R\$ 2.708 milhões em 2007), é composto principalmente por: despesa com energia elétrica comprada para revenda no valor de R\$ 1.354,5 milhões (R\$ 1.311,4 milhões em 2007), encargos do uso do sistema de transmissão e de distribuição no valor de R\$ 484,1 milhões (R\$ 339 milhões em 2007), compra de gás para geração de energia no valor de R\$ 74,4 milhões (R\$ 88,3 milhões em 2007), despesas com pessoal no montante de R\$ 226,8 milhões e despesas com depreciação no valor de R\$ 233,9 milhões.

Como reflexo dos fatos acima, o resultado operacional consolidado atingiu R\$ 1.352,4 milhões no semestre findo em 30 de junho de 2008 (R\$ 1.314 milhões em 2007), que corresponde a 33% da receita operacional líquida.

As despesas financeiras consolidadas, líquidas das receitas financeiras, atingiram R\$ 210 milhões (R\$ 71 milhões em 2007), decorrentes basicamente dos juros e variação monetária/cambial sobre os empréstimos da Companhia e suas subsidiárias.

A Companhia apurou lucro operacional de R\$ 1.062 milhões (R\$ 1.160 milhões em 2007) e após a apropriação do imposto de renda e contribuição social e das participações de acionistas não controladores, apurou lucro líquido no período de R\$223 milhões (R\$ 170 milhões em 2007).

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01897-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA	3 - CNPJ 04.128.563/0001-10
---------------------------	---	--------------------------------

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA	8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Mil)	9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Mil)			
01	AES ELPA S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	04.128.563/0001-10	ABERTA CONTROLADA	98,26	60,65
			93.404		93.404.114
02	AES URUGUAINA INC EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	05.482.166/0001-05	FECHADA CONTROLADA	100,00	14,82
			1		1
03	TIETE HOLDINGS EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	05.482.166/0001-05	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,01
			1		1
04	AES TIETÊ S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	02.998.609/0001-27	ABERTA CONTROLADA	47,56	38,50
			45.332.448		45.332.448
05	ELETROPAULO METROPOLITANA EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	61.695.227/0001-93	ABERTA CONTROLADA	4,44	1,00
			7.434		1.858.603
06	ELETROPAULO TELECOMUNICAÇÕES LTDA EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	02.875.211/0001-01	FECHADA CONTROLADA	100,00	1,70
			39.610		39.610
07	AES INFOENERGY LTDA EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	03.483.361/0001-24	FECHADA CONTROLADA	100,00	1,00
			29.172		29.172

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Brasileira de Energia
São Paulo - SP

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR, individuais e consolidadas da Companhia Brasileira de Energia, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2008, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, o relatório de desempenho e as notas explicativas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e suas controladas.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais acima referidas para que estejam de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais, incluindo a Instrução CVM 469/08.
4. Conforme mencionado na nota explicativa 28, às Informações Trimestrais, a controlada AES Uruguiana Empreendimentos S.A. registra em 30 de junho de 2008, no ativo realizável a longo prazo, valores a receber no montante de R\$33.121 mil (valor original – base de 31 de dezembro de 2001) e, no passivo exigível a longo prazo, valores a pagar no montante de R\$70.887 mil (valor original – base de 31 de dezembro de 2002), relativos às transações de compra e venda de energia realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE até 31 de dezembro de 2002. Esses valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE e podem estar sujeitos a modificações dependendo da decisão de processos judiciais em andamento movidos pela controlada e por outras empresas do setor, relativos, em sua maioria, à interpretação das regras de mercado em vigor para aquele período.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

5. Conforme mencionado na nota explicativa 30 às Informações Trimestrais, em 3 de julho de 2007 a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL homologou o reposicionamento tarifário de 8,01% para a controlada Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., aplicável a partir de 4 de julho de 2007. Certos componentes utilizados para determinação desse reposicionamento são considerados, ainda, de caráter provisório e vêm sendo objeto de discussões entre controlada e a ANEEL. Dessa forma, eventuais efeitos da determinação definitiva desses componentes, os quais não são possíveis de serem quantificados nesse momento, serão registrados quando da finalização dessas discussões.

6. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às Informações Trimestrais, as operações da controlada indireta AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. vêm sendo significativamente afetadas pelas freqüentes interrupções de fornecimento de gás natural utilizado na produção de energia elétrica, o qual é importado de seu único fornecedor, o que gera dúvidas quanto à sua capacidade de continuar operando. Conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e 16, essas condições adversas no ambiente em que a controlada indireta opera, fizeram com que a sua Administração concluísse pela necessidade de registrar provisões para perda de valor de seus ativos permanentes e de longo prazo, assim como para cobertura de perdas esperadas no cumprimento dos contratos de fornecimento de energia com seus clientes, nos valores de R\$616.351 mil e R\$32.651 mil, respectivamente. A Administração da controlada indireta AES Uruguaiana Empreendimentos S.A., bem como, de sua controladora direta a AES Uruguaiana Inc, ciente de que a Companhia, com base nos correntes fatos e circunstâncias, não pretende aplicar novos recursos financeiros nos seus negócios, vem implementando medidas para equacionamento de suas operações diante do atual cenário, dentre as quais destaca-se a busca pela renegociação dos contratos junto aos seus clientes e fornecedores, também mencionada na nota explicativa nº 1. As informações da situação patrimonial e financeira da controlada direta AES Uruguaiana Inc. e de sua controlada AES Uruguaiana Empreendimentos S.A., utilizadas na elaboração das Informações Trimestrais consolidadas da Companhia, foram preparadas no pressuposto do sucesso dessas medidas, principalmente aquelas relacionadas à renegociação dos contratos com os clientes, que possam assegurar a continuidade normal dos negócios daquelas controladas e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos demais ativos não alcançados pela provisão para perda de valor, ou quanto aos valores e a classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da controlada indireta AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. continuar operando.

01897-0 COMPANHIA BRASILEIANA DE ENERGIA

04.128.563/0001-10

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

7. Conforme mencionado na nota explicativa 2, em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei n°. 11.638 com vigência a partir de 1º. de janeiro de 2008. Essa Lei alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei n° 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e provocou mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas mudanças foram adotadas pela Companhia e suas controladas na preparação das Informações Trimestrais referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2008. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor e sido aplicada pela Companhia, com base em orientações da CVM e/ou nas normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, as principais alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores brasileiros. Dessa forma, as informações contábeis apresentadas poderão requerer ajustes quando do processo de normatização da Lei n° 11.638/07. As informações referentes aos períodos anteriores, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas para incluir as mudanças das práticas contábeis introduzidas em 2008.

São Paulo, 04 de agosto de 2008

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Marcos Antônio Quintanilha
Contador CRC-1-SP-132776/O-3-T-SC-S-SP

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01897-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA	3 - CNPJ 04.128.563/0001-10
---------------------------	---	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	6
08	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	8
08	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	10
09	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	12
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	15
07	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	88
12	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	89
13	01	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS	90
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	91
		AES ELPA S.A.	
		AES URUGUAINA INC	
		TIETE HOLDINGS	
		AES TIETÉ S.A.	
		ELETROPAULO METROPOLITANA	
		ELETROPAULO TELECOMUNICAÇÕES LTDA	
		AES INFOENERGY LTDA	/93